



ATOS DO CONSELHO SUPERIOR DA SOCIEDADE SALESIANA

SUMÁRIO

I. Carta do Reitor Mor

Nôvo apêlo para os Voluntários e a solidariedade fraterna — Sério empenho em vista do Capítulo Geral — Unidos na oração como na colaboração — Representação aumentada no Capítulo Geral — Colaborar com otimismo construtivo — Deixemo-nos guiar pelo amor.

II. Capítulo Geral Especial

Conclusão dos trabalhos das Comissões Pré-Capitulares Centrais — Contribuição pessoal dos irmãos para o segundo Capítulo Inspetorial Especial — Indicações técnicas para a resposta dos Irmãos — Ficha para a votação pessoal — Indicações técnicas para os trabalhos do segundo Capítulo Inspetorial Especial — Composição do segundo Capítulo Inspetorial Especial e eleição dos Delegados ao mesmo — Eleição dos delegados para o Capítulo Geral por parte do Capítulo Inspetorial — Prazo para o segundo Capítulo Inspetorial.

III. Disposições e Normas

IV. Comunicações

Concessão de mais ampla representação no Capítulo Geral Especial — Ereção da Visitadoria de Bombaim — Nomeação de Inspectores — Novos formulários para o Relatório Administrativo das Inspeções e das Casas — Tratamento econômico para os Irmãos estudantes nas Casas de Formação — Ano Internacional da Educação — Pedidos de dispensa — "Casus Conscientiae morales et liturgici" — Formulários de Secretaria.

V. Atividades do Conselho Superior e iniciativas de interesse geral

VI. Documentos

Concessão de mais ampla representação no Capítulo Geral Especial.

VII. Magistério Pontifício

Exortação aos motivos de confiança nas inegáveis atuais perturbações da Igreja — Para que a Igreja possa atuar o Concílio precisa encontrar-se interiormente unida — A fidelidade na amor à Igreja é, hoje, necessidade. É nosso dever — Comunhão pessoal com Cristo para renovar a vida da Igreja — No trabalho de renovação da Igreja, olhemos para a tradição com amorosa simpatia — A autoridade na Igreja está a serviço dos irmãos — As novidades na Igreja de hoje atestam a sua perene vitalidade.

VIII. Necrologia (4.º elenco de 1969).

I. CARTA DO REITOR-MOR

Turim, dezembro de 1969

Irmãos e filhos caríssimos,

Escrevó estas páginas sob o olhar materno da Virgem Imaculada, para cuja festa iminente nos estamos preparando, num clima quase de Natal. Uma e outra ocorrência têm em cada um de nós, como Cristãos e como Salesianos, ressonâncias particulares. A festa da Imaculada nos leva instintivamente às nossas origens e mais uma vez nos faz sentir quanto a vida e o desenvolvimento da nossa querida Congregação estejam ligados à Santa Virgem. As festas de Natal, não reduzidas a uma espetacular e no entanto vazia "operação" para estimular o consumo da sociedade do chamado bem-estar, fazem-nos reviver o inefável mistério pelo qual apareceu no mundo a Graça e a Bondade de N. S. Jesus Cristo, trazendo para os homens a redenção e a paz do amor.

Embora sabendo que esta minha carta não poderá chegar-vos antes do Natal, desejo assegurar-vos que nesses dias, principalmente na noite de Natal, eu vos terei todos presentes, sobretudo quantos em qualquer parte do mundo são provados pelo sofrimento, fazendo meus os vossos votos, as vossas penas, os vossos propósitos, quer para a vida espiritual, que sempre necessita renovar-se, quer para a atividade apostólica sempre defronte a novas exigências que nos pedem renovado empenho.

Eu quisera poder oferecer-vos outros presentes, mas além do presente da oração fraternal, posso apenas renovar para todos vós a doação do meu modesto e total serviço aos interesses da nossa querida Congregação, com tudo o que isto importa nesses momentos difíceis, com tantos problemas que se atropelam e urgem. Não é muito, mas o que tenho e posso, dia a dia, tudo ofereço à Congregação, nossa Mãe, e em concreto pelo bem de cada um de vós.

Nôvo apêlo para os Voluntários para a solidariedade fraterna

Mas venho também eu agora pedir a vós, às Inspetorias, algum presente. Qual será? Antes de mais nada, venho também neste ano pedir Voluntários para a América Latina: Sacerdotes e Coadjuutores nas condições já conhecidas, quer quanto à duração do “serviço” (5 anos), quer quanto à idade dos voluntários (pelos 40 anos, como norma geral).

Bem conheço as condições de tantas Inspetorias quanto a pessoal, mas como disse outra vez, a situação na América Latina é infinitamente mais grave e as necessidades têm proporções não facilmente imagináveis.

O sacrifício que importa a uma Inspetoria privar-se de algum elemento é um sinal tangível (e certamente fecundo) dessa solidariedade operante, na qual estou insistindo e cujos efeitos confortadores começam a verificar-se.

Os Irmãos que sentem no coração esta inspiração especial podem escrever diretamente ao Reitor Mor, que ficará satisfeito em acolher o filial oferecimento.

Será bom não demorar a fim de que se possa oportunamente providenciar todo o conjunto de formalidades para as quais se exige não pouco tempo.

Desde agora invoco uma larga e fecunda bênção sobre os generosos Irmãos que se oferecerem para êsse precioso voluntariado e sobre as Inspetorias que derem, até a custo de sacrifícios, a ajuda fraterna de novas energias às Inspetorias tão necessitadas.

Quanto às outras formas de solidariedade, devo dizer-vos com prazer que, após a minha última carta, tenho recebido muitas notícias consoladoras: várias Inspetorias desenvolvem ainda no momento iniciativas edificantes e úteis: por isso me reservo dar relação delas no próximo número dos *Atos*. Entretanto lembro que a prática da solidariedade, com as suas variadas aplicações, não pode ser uma iniciativa momentânea, mas deve tornar-se uma ação permanente, como permanente e estável deve ser a prática da caridade fraterna, da qual a solidariedade não é senão um aspecto.

Sério empenho em vista do Capítulo Geral

O outro presente que vos peço é o empenho sério, consciente e construtivo para a preparação do Capítulo Geral Especial.

É um empenho que deve estar sempre presente a cada um de nós na oração, na docilidade à graça do Espírito Santo, no esforço da renovação interior para uma fidelidade sempre mais autêntica ao nosso Fundador, na reflexão pessoal e comunitária, para uma nossa resposta à voz de Deus, da Igreja, da humanidade.

A mim me parece que sejam mesmo essas as atitudes fundamentais que devem caracterizar êste momento histórico da Congregação.

Não me detenho sôbre cada uma delas porque já em outras ocasiões tive ensejo de fazê-lo: mas acho que me assiste o dever de frisar a sua importância, e sublinhar ainda uma vez que o Capítulo Geral Especial será condicionado e determinado por essas disposições do nosso espírito, na sua preparação, no seu desenvolvimento e sobretudo na sua eficácia “existencial”.

Com efeito, jamais como nesta ocasião, deve cada Irmão sentir-se pessoalmente responsável por tudo quanto diz respeito ao Capítulo Geral, que não por acaso se chama Especial. Muito do seu êxito dependerá precisamente do modo e da medida da participação dos Irmãos em tôdas as fases da preparação.

Parece-me que neste instante a Congregação vai dizendo a cada filho seu: “*in manibus tuis sortes meae*” (Sl 30,16) — a minha vida está nas tuas mãos.

Eu quisera que cada um de nós ouvisse estas palavras como sendo dirigidas a cada um pessoalmente, por nosso Pai, que consumou fibra a fibra tôda a sua vida para dar à Igreja a nossa Congregação. Quem pode dizer quanto custou a Dom Bosco em fadigas, lágrimas e sangue a fundação da Congregação? E os Irmãos da primeira hora quanto não sofreram para dar-lhe solidez, para fazer dela um instrumento vivaz e dinâmico de apostolado juvenil a serviço da Igreja?

Pois bem, essas fileiras de salesianos vão-nos repetindo com Dom Bosco: Esforçai-vos, colaborai para dar à Igreja não outra Congregação, mas uma Congregação renovada no espírito autêntico do Pai para as necessidades dos tempos novos.

Unidos na oração como na colaboração

Mas neste ponto convém também lembrar que o Capítulo Geral Especial interessa a uma Congregação Religiosa, que tem fins essencialmente espirituais: não se trata de interesses materiais ou puramente humanos; por isso não podemos apoiar-nos somente em nossos recursos humanos. Sem renunciar a nenhum dêles, devemos todos ter presente a palavra da Escritura: "*Nisi Dominus aedificaverit domum, in vanum laborant qui aedificant eam*" (Sl 126,1). Demos portanto com coração de filhos, como sinal concreto do amor sincero e filial para com a Congregação, tôda a nossa contribuição, de acôrdo com as possibilidades de cada um; vamos agir com a mais reta intenção, procurando somente o verdadeiro bem da Congregação, mas ninguém se esqueça de interessar "*toto corde*" Aquêlê que ilumina as mentes e dá energia às vontades. Como queremos estar unidos na ação de preparação do Capítulo Geral, ainda mais unidos encontremo-nos na oração ao Senhor: em todo êsse período encomendemo-nos também a tantas almas boas, especialmente às que podem enriquecer a sua oração com a oferta do amoroso sofrimento.

Podemos destarte esperar obter de Deus a luz, a energia e a santa coragem necessárias para atingir as finalidades que o Concílio atribui ao Capítulo Geral Especial.

Descendo agora mais para o concreto, após a fase de trabalho no Centro, volta às vossas mãos o "*iter*" da preparação.

Tereis ou havereis de ter o mais depressa possível à vossa disposição os dois documentos elaborados pelas Comissões Pré-Capitulares. Convido-vos a ler com grande atenção a "apresentação" que abre os dois Documentos, e quanto está comunicado na especial "rubrica" dos "*Atos do Conselho Superior*" redigida aos cuidados do Secretaria-

do Central de Coordenação. Limito-me a renovar ainda uma vez a cada um de vós o convite para a colaboração, sentida como dever primário e exigida pela corresponsabilidade que a todos nos incumbe pelas sortes da Congregação.

Representação aumentada no Capítulo Geral

Neste contexto, devemos estar todos cientes de que, como escrevi também no número precedente dos “Atos”, a “operação” a que devemos por ombros é de uma amplitude e complexidade verdadeiramente excepcional, envolve problemas que tocam ao vivo a carne da Congregação e a nossa resposta pessoal a Deus, à Igreja e à sociedade do nosso tempo.

Estas reflexões me induziram, com o acôrdo unânime do Conselho Superior, a pedir à S. Congregação dos Religiosos e dos Institutos Seculares, uma derrogação ao vigente art. 129, ítem 6, das Constituições.

Ficando invariados os outros ítems, pediu-se que o ítem 6 seja modificado assim:

“Um delegado para cada Inspetoria, devidamente eleito no Capítulo Inspetorial, se os irmãos professores (perpétuos e temporários) da Inspetoria forem mais de 250. Dois delegados para cada Inspetoria, se os irmãos professores (perpétuos e temporários) da Inspetoria forem mais de 250”.

Tendo obtido da S. Congregação resposta afirmativa com rescrito 15788/69 de 28 de setembro de 1969, comunico aqui oficialmente o Documento aprovado. (Achá-lo-eis integralmente citado na pág. 31 dêste número dos Atos).

Os segundos Capítulos Inspetoriais Especiais queiram portanto ater-se a êste — e às indicações técnicas que serão enviadas pelo Secretariado Central de Coordenação — para

as eleições do Delegado e dos Delegados da Inspetoria ao Capítulo Geral Especial.

Entre as várias formas possíveis de eleição elaboradas depois de atento estudo da Comissão Técnica Central, o Conselho Superior preferiu a que vos apresentei com base nos seguintes critérios:

1) prevalência do número dos Capitulares eleitos sobre o número de membros participantes de direito ao Capítulo Geral;

2) uma certa proporção com o número de eleitores;

3) uma composição do Capítulo Geral que não comprometa ou torne muito difícil, pelo número dos componentes, a funcionalidade e eficiência da Assembléia;

4) a máxima simplicidade possível na técnica das votações para a escolha do segundo Delegado.

Naturalmente será depois competência do Capítulo Geral Especial pronunciar-se para uma definição de toda a complexa matéria.

Foi também pedido e alcançado que as Visitadorias sejam equiparadas às Inspetorias, no que se refere à representação e eleições para o Capítulo Geral Especial.

Enfim, para tirar qualquer perplexidade de ordem jurídica e para atender ao desejo de todos, em plena correspondência com as orientações conciliares, declaro, seguindo a autorização explícita da S. Congregação, que os Irmãos Coadjuutores podem ser eleitos “pleno jure” delegados, tanto ao Capítulo Inspetorial como ao Capítulo Geral, sob a única condição — que vale também para os sacerdotes e para os clérigos — que sejam professores perpétuos (*Cfr. Const. Art. 98*).

Estou certo que receberéis estas comunicações com sincera satisfação e que elas hão de servir para tornar ainda

mais eficaz o sentido da responsabilidade de todos na preparação do Capítulo Geral Especial.

Colaborar com otimismo construtivo

Depois de todos êstes preliminares, excetuados os casos de impossibilidade física ou de constrição política externa, ninguém poderia justificar uma atitude inspirada em desinteresse ou em certa desconfiança.

O desinteresse seria sinal de penosa insensibilidade aos problemas vitais do momento e de forte enfraquecimento do nosso amor à Congregação: como pode um filho desinteressar-se da sorte e do futuro da sua própria mãe? A desconfiança é certamente uma tentação sempre possível, hoje talvez ainda mais. É necessário, porém, alimentar a virtude teológica da “esperança” e robustecer a virtude cardeal da fortaleza. Sòmente dessas virtudes é que nos vem a maturidade necessária para superarmos a tentação da desconfiança, que nos pode assaltar quando vemos as coisas procederem ou mais lentamente ou em sentido diverso do que esperávamos, ou quando generalizamos situações particulares, ou quando pesam sôbre nós os condicionamentos que nos vêm de situações complexas e de mentalidades diversas da nossa, que só a humildade e a caridade nos dão a fôrça de encarar construtivamente. A quem se sentisse tentado a tomar tais atitudes negativas, queria lembrar as palavras do Papa João XXIII: “O pessimismo e a desconfiança jamais construíram nada”.

É bom acrescentar que a uma atitude de renúncia ditada por desinteresse e desconfiança opõe-se, em sentido contrário e igualmente condenável, a atitude de quem pretendesse exercer verdadeira “pressão” para levar adiante determinadas orientações, ou, tratando-se de eleições, determinados homens.

Deixemo-nos guiar pelo amor

Tendo já falado sôbre isto, não é o caso que volte a estender-me no assunto. A livre e responsável circulação das idéias, no respeito cristão das pessoas, todos nós a queremos e favorecemos em qualquer nível: disso é um eloquente testemunho a publicação da “Radiografia”. Parece-me porém, que seria contraproducente e lesivo ao respeito da pessoa transformar em instrumentos de pressão o estudo, a reflexão pessoal e comunitária, as discussões entre grupos de irmãos.

A Congregação precisa da colaboração pessoal de cada Irmão e a solicita. Isto exige que cada um forme a própria consciência iluminada pela sua experiência, pela sua sensibilidade salesiana, a fim de dar o seu juízo sôbre tantos quesitos que se ventilam; por lógica consequência, por um lado não se pode tomar emprestado de outrem, a êsmo, o juízo sôbre problemas de Congregação; por outro lado, ninguém tem, de maneira nenhuma, o direito de impor o próprio juízo a outrem.

Dar a nossa contribuição (em nossa Casa ou ao Capítulo Inspetorial, ou diretamente ao Secretariado Central de Coordenação) para o esforço comunitário de encontrar as verdades, é direito e dever de cada um. Pressionar sôbre os outros, com formas de juízos discriminatórios e por isso ofensivos, não é lícito a ninguém.

Qual deve ser, então, a atitude de cada verdadeiro Salesiano?

Deixemo-nos todos guiar pelo amor nesta operação histórica para a qual somos chamados, um amor sentido mas, ao mesmo tempo, concreto e eficaz.

Quem ama procura o bem da pessoa amada, preocupa-se em proporcionar-lhe o verdadeiro bem e, ao fazê-lo, evita

tudo o que possa ser nocivo ou causar prejuízo à pessoa amada. Ajamos todos, Irmãos caríssimos, como filhos que amam sinceramente a própria mãe, e os frutos virão como os espera a Igreja, como os esperam, com Dom Bosco, aqueles que construíram a Congregação. O ano nôvo seja para todos portador da Graça e da Paz de Cristo, nosso Chefe e nosso Irmão.

Agradeço-vos a lembrança que por mim tereis em vossas orações.

Af.mo P. Luís Ricceri

Reitor Mor

P. S. Em outra parte dêstes “*Atos*” achareis uma comunicação minha sôbre um argumento que nos é proposto pela Organização da O.N.U. em relação ao “Ano da Educação”, iniciativa promovida precisamente por essa Organização. Sem mais vos capacitareis de que se trata de um assunto pelo qual, como Salesianos, estamos particularmente interessados. Não se justificaria a nossa ausência nem a nossa insensibilidade.

II. CAPITULO GERAL ESPECIAL

Comunicações e informações do Secretariado Central de Coordenação

1. Conclusão dos trabalhos das Comissões Pré-Capitulares Centrais

De 22 a 27 de setembro passado uma Comissão restrita completou a tarefa, que lhe fôra confiada pelas Comissões Pré-Capitulares Centrais, da redação definitiva de seu segundo Documento. Dos dois documentos das Comissões Centrais já está pronta a edição oficial italiana. Estão no prelo as edições em língua espanhola em Barcelona, em língua inglesa em Hong Kong e em português em São Paulo. De aí serão enviadas diretamente às Inspetorias interessadas. Para a tradução nas outras línguas estamos tomando providências *in loco* com critérios adaptados às diversas situações. Do primeiro documento (a "Radiografia") chegará um número proporcionado de cópias à cada casa, de modo que todos os Irmãos possam ter uma ampla visão e consultar comodamente. Isto permitirá a cada Irmão e aos diversos Capítulos Inspetoriais uma ampliação da própria visão e do conhecimento dos problemas da Congregação, integrando-as e enriquecendo-as no contexto universal. Poderá também ser, útilmente, objeto de estudo, não só pessoal, mas também comunitário, por setores e por problemas.

Do segundo documento, porém, será dada cópia pessoal a cada Irmão, por constituir o instrumento técnico fundamental para o segundo Capítulo Inspetorial Especial.

Com a entrega dos dois documentos às Inspetorias e aos Irmãos retomamos, em nível de pessoas, de Casas e de Inspetorias, o caminho em direção do Capítulo Geral, através da preparação e o desenvolvimento do segundo Capítulo Inspetorial Especial.

2. Contribuição pessoal dos Irmãos para o segundo Capítulo Inspetorial Especial

Chamamos a atenção dos Irmãos sobre o que o Reitor Mor lhes pediu em carta pessoal com data de 25 de outubro de 1968: “Peço-te, caríssimo, que saibas encontrar no meio do teu trabalho pausas suficientes para refletires, com espírito construtivo, sobre o futuro da nossa Congregação, e que exprimas teu pensamento sobre os grandes ideais e problemas da mesma, da sua vitalidade religiosa, da sua eficácia apostólica”. Neste mesmo número dos *Atos*, o Reitor Mor volta com insistência sobre o mesmo assunto.

O segundo documento é o “reagente técnico” para esta colaboração pessoal.

Portanto, tenha-se em conta o seguinte:

1) O documento é “um instrumento operativo para uma reflexão ulterior sobre os temas fundamentais apresentados pela “Radiografia” do pensamento da Congregação” (cf. *Apresentação* do documento);

2) por sua gênese e suas intenções, o documento *não empenha absolutamente o Conselho Superior*. As idéias, as instâncias e as propostas nele contidas apresentam-se, portanto, sem avaliação de autoridade alguma;

3) o documento pretende apenas ser um instrumento de diálogo fraterno, instrumento que o Secretariado Central de Coordenação julgou tecnicamente válido e eficaz para que a Congregação inteira, de algum modo, ajude o Capítulo Geral Especial a tomar as melhores decisões para o bem da nossa Sociedade e da Igreja;

4) a Comissão Preparatória Inspetorial promova nas formas que julgar mais oportunas, reuniões de estudo, encontros em cada comunidade e em nível mais amplo, para o estudo e a discussão dos vários temas do segundo documento;

5) quando tal reflexão pessoal e comunitária chegar a suficiente maturidade, cada Irmão estará em condição de exprimir conscientemente e com responsabilidade o próprio parecer pessoal;

6) uma confirmação da satisfatória maturidade do clima de diálogo, consciente e responsável, nós a teremos na participação de todos os Irmãos.

3. Indicações técnicas para a resposta dos Irmãos

1) São objeto da votação dos Irmãos somente as *Instâncias* e as *Propostas*, que — na edição oficial italiana — estão impressas em negrito, e numeradas em sucessão contínua na margem esquerda.

Não são objeto de votação as *Premissas* que no início de cada parágrafo apresentam em linhas gerais o problema, ajudando assim os Irmãos a captar o significado e o valor das instâncias-propostas. Não são, igualmente, objeto de votação as instâncias que pedem uma contribuição de estudo.

2) Cada Irmão exprimirá seu parecer sobre cada instância e cada proposta com três alternativas: **Sim-Não-Sim iuxta modum**.

A primeira alternativa (**Sim**) significa que ele aceita o conteúdo da instância ou proposta, e pede que seja incluído nos futuros documentos e deliberações do Capítulo Geral Especial.

Com a segunda alternativa (**Não**), o Irmão recusa o conteúdo da instância ou proposta.

Escolhendo a terceira alternativa (**Sim iuxta modum**), o Irmão aceita o conteúdo substancial da instância, mas propõe alguma modificação do texto.

3) Convém recordar que o voto do Irmão é *pessoal*. As reuniões de estudo acima aconselhadas de toda uma comunidade ou de algum grupo no seu âmbito, oferecendo contribuições mais ricas e mais amplas pelo conhecimento e avaliação dos problemas, ajudarão os Irmãos da mesma comunidade a optarem. Mas não devem e não podem, em caso algum, tornar-se instrumento de pressão, e, muito menos, substituir o livre e consciente voto de cada um.

4. Ficha para a votação pessoal

Para facilitar do ponto de vista técnico a tarefa dos Irmãos, e, sucessivamente, do Capítulo Inspetorial, preparamos o “modelo” da ficha para a votação pessoal (*mod. P/V*.)

Tenha-se presente o seguinte:

1) Na ficha estão indicadas, com o respectivo número, tôdas as instâncias e propostas do segundo documento, *exceto* as que pedem uma *contribuição de estudo* e às quais, portanto, não se pode responder com as fórmulas: *Sim, Não, Sim iuxta modum*;

2) A ficha pessoal será entregue aos Irmãos só depois de terminado, na Inspeção e nas Casas, o necessário trabalho de motivação e de estudo;

3) O Diretor deixará aos Irmãos a margem de tempo necessário para a compilação da ficha e marcará, então, o dia em que todos os Irmãos entregarão, na diretoria, suas fichas que, fechadas e lacradas na presença de duas testemunhas, serão enviadas ao Presidente da Comissão Inspeccional Preparatória;

4) Juntamente com a ficha de votação pessoal, os Irmãos que votaram propostas com *Sim iuxta modum* poderão entregar o *modus* que contém a modificação que pretendem;

5) Cada Irmão poderá também enviar à Comissão Inspeccional Preparatória uma instância ou proposta não contida no segundo Documento, mas por êle considerada *particularmente válida e importante*, indicando também em que parte do documento deseja que seja incluída. Recomendamos, entretanto, que se use dêste direito com inteligente discrição. As propostas contidas no segundo Documento são já muito numerosas e abrangem um campo vastíssimo de problemas. Convém, portanto, que se evite apresentar novas propostas ou muito genéricas ou muito particulares, para o Capítulo Geral;

6) A ficha é anônima. Entretanto os formulários onde se escreverão os *modi* e as propostas devem ser assinados.

A Comissão Preparatória Inspeccional não terá em consideração os *modi* e as novas propostas apresentadas de forma anônima;

7) Os Irmãos que se encontram fora da Inspeccão por motivo de estudo mandarão sua ficha pessoal de votação, devidamente preenchida, e os eventuais *modi* e novas propostas à sua Inspeccão de origem, em analogia com o que se estabeleceu para a votação dos

delegados dos Irmãos ao Capítulo Inspetorial, para o qual êles votam na lista da Inspetoria de origem.

5. Indicações técnicas para os trabalhos do segundo Capítulo Inspetorial Especial

1) Seja constituída, quanto antes, a *Comissão Preparatória Inspetorial* para o segundo Capítulo Inspetorial Especial. Pode ser a mesma Comissão que preparou o *primeiro Capítulo Inspetorial Especial* e que, por isso, se servirá da experiência adquirida. Pode, entretanto, ser parcial ou totalmente diversa, quando isso fôr exigido ou por novas situações determinadas pela troca de pessoal ou por indicações e sugestões provenientes do primeiro Capítulo Inspetorial.

O Presidente de tal Comissão Preparatória não se identifica necessariamente com o “Regulador” do segundo Capítulo Inspetorial Especial. São duas tarefas diversas: o exame concreto da situação local sugerirá se o cargo deve ser confiado à mesma pessoa ou não.

2) Ao receber as fichas com a votação pessoal de cada Irmão, a Comissão Preparatória Inspetorial faz a apuração das mesmas e coloca, numa única ficha, o resultado do conjunto, para cada instância ou proposta, das votações dos Irmãos da Inspetoria.

São, de tal modo, somados todos os Sim, os Não e os Sim *iuxta modum* recebidos pelas instâncias e propostas. Consideram-se como *abstenções* os casos em que nenhum dos três quadrinhos fôr assinado, e como *votos nulos* os casos em que — para a mesma proposta — fôr assinalado mais de um quadrinho.

Passa-se, em seguida, à catalogação dos *modi* e das novas propostas.

Dêste modo, torna-se possível então constituir e fazer trabalhar, para cada tema geral, uma comissão de estudo, como se fêz, quase em tôda parte, para o primeiro Capítulo Inspetorial Especial.

3) O resultado dos trabalhos de cada Comissão de Estudo poderá ser condensado numa *relação* que focalize os vários problemas, evidenciando os aspectos que, pelo exame da “Radiografia”, das fichas pessoais dos Irmãos, dos *modi* e das novas propostas, pareçam à Comissão como mais significativos e mais sentidos.

Tais relações constituirão a base para as discussões dos segundos Capítulos Inspetoriais Especiais.

4) É oportuno salientar a importância, para não dizer a necessidade, da colaboração na preparação do Capítulo Geral Especial, por parte dos Cooperadores, Exalunos, Alunos mais maduros, membros qualificados do Clero e do Laicado, etc.

Não é possível especificar de modo unívoco as formas de tal colaboração: são deixadas ao estudo da Comissão Preparatória Inspetorial, a qual se servirá, evidentemente, em primeiro lugar, das indicações dos Delegados Inspetoriais para a Pastoral Juvenil, para os Cooperadores, para os Exalunos.

6. Composição do segundo Capítulo Inspetorial Especial e eleição dos delegados ao mesmo

Atente-se bem que se trata de um *nôvo Capítulo Inspetorial*, e não de uma segunda sessão do primeiro Capítulo Inspetorial Especial.

A sua composição e a eleição dos delegados deverão ser reguladas conforme as *Novas Normas* publicadas nos *Atos do Conselho Superior*, n. 255, pág. 4-5, que entraram em vigor por ocasião do primeiro Capítulo Inspetorial Especial.

A experiência adquirida por ocasião do primeiro Capítulo Inspetorial Especial faz-nos julgar oportunas duas observações:

1) Os Diretores dos Estudantados notifiquem prontamente aos Inspetores das respectivas Inspetorias de origem a eventual eleição de um estudante como delegado da Casa de Estudantado. Isto evitaria concomitantes eleições do mesmo Irmão na lista inspetorial.

2) Chamamos a atenção dos Irmãos sobre o art. 142 das Constituições, que deve ser aplicado, por analogia, também às eleições nas Inspetorias.

Convém evitar que se repita o inconveniente que se verificou por ocasião do primeiro Capítulo Inspetorial Especial, quando, em alguns casos, foram postas em circulação listas pré-fabricadas de candidatos.

7. Eleição dos Delegados para o Capítulo Geral por parte do Capítulo Inspecorial

A eleição dos Delegados para o Capítulo Geral será feita tendo por base a norma comunicada neste número dos *Atos do Conselho Superior* pelo Reitor Mor.

O número dos Irmãos da Inspecoria será calculado pelo *número dos Irmãos que têm direito a voto ativo na lista inspetorial*; portanto, entram neste número todos os Irmãos professores, perpétuos e temporários, inclusive também os Irmãos que — por motivo de estudo — encontram-se fora da Inspecoria.

Estes mesmos Irmãos, naturalmente, não serão computados entre os Irmãos da Inspecoria em que tem sede a casa em que residem temporariamente, justamente por motivo de seus estudos.

2) Como consequência da modificação do item 6 do art. 129 das Constituições, os Capítulos Inspecoriais que elegerem *dois* Delegados para o Capítulo Geral, elegerão também *dois suplentes*.

Tais eleições deverão efetuar-se com votações separadas para cada Delegado e para cada suplente e serão reguladas pelo art. 98 das Constituições.

8. Prazo para o segundo Capítulo Inspecorial

Tôda a documentação do segundo Capítulo Inspecorial Especial deve estar a disposição do *Secretariado Central de Coordenação* até *15 de outubro de 1970*.

Alguns atrasos notáveis que se verificaram na remessa das documentações dos primeiros Capítulos Inspecoriais Especiais ameaçaram comprometer seriamente os trabalhos das Comissões Pré-Capitulares Centrais.

Somos, assim, obrigados a declarar que, a partir de 15 de outubro, passaremos à fase seguinte do trabalho de preparação e, portanto, por motivos técnicos, *não poderão mais ser tomados em consideração os documentos que chegarem em data posterior, isto é, depois de 15 de outubro*.

É fácil compreender como é grave dever de todos os responsáveis evitar tal inconveniente. Seria lesar injusta e gravemente os direitos dos Irmãos da Inspecoria.

Partindo, portanto, do referido prazo (15 de outubro de 1970) cada Inspetoria com a Comissão Preparatória Inspetorial determine os prazos intermediários, tendo em conta o tempo necessário para as seguintes operações:

- 1) distribuição dos dois documentos das Comissões Pré-Capitulares Centrais;
- 2) trabalho de motivação, de reflexão e de estudo em vários níveis;
- 3) compilação, por parte dos Irmãos, da ficha pessoal, dos *modi* e das possíveis novas propostas;
- 4) eleição dos delegados das Casas e dos Irmãos da Inspetoria;
- 5) catalogação do material mandado pelos Irmãos: conservem-se no Arquivo Inspetorial as fichas pessoais (*mod. P/V*);
- 6) elaboração das relações pelas Comissões de estudo;
- 7) desenvolvimento dos trabalhos do Capítulo Inspetorial;
- 8) elaboração e tradução de todos os documentos a serem enviados para Turim;
- 9) expedição, encaminhamento e chegada da documentação a Turim.

O tempo que temos a disposição para todo este trabalho parece suficiente e, certamente, proporciona maiores possibilidades que as que tivemos por ocasião do primeiro Capítulo Inspetorial Especial, mas não podemos conceder prazo maior sem comprometer o delicadíssimo trabalho sucessivo e o início do Capítulo Geral Especial no período previsto.

IV. COMUNICAÇÕES

1. Concessão de mais ampla representação no Capítulo Geral Especial

O Reitor Mor apresentou à "Sagrada Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares" os seguintes pedidos:

a) O art. 129, item 6, das Constituições (que, presentemente, assim está formulado: "Um Delegado de cada Inspetoria, devidamente eleito no Capítulo Inspetorial"), para as eleições dos Delegados ao próximo Capítulo Geral Especial seja assim modificado: "Um Delegado de cada Inspetoria, devidamente eleito no Capítulo Inspetorial, se os irmãos professores (perpétuos e temporários) da Inspetoria não forem mais de 250. Dois Delegados de cada Inspetoria, devidamente eleitos no Capítulo Inspetorial, se os irmãos professores (perpétuos e temporários) da Inspetoria forem mais de 250".

b) As Visitadorias (quase Inspetorias) sejam equiparadas às Inspetorias em tudo o que se refere às eleições para o Capítulo Geral Especial.

c) Haja autorização, se tal autorização for julgada necessária, para se declarar oficialmente que os Salesianos leigos (coadjutores) podem ser eleitos "*pleno iure*" Delegados, tanto para o Capítulo Inspetorial como para o Capítulo Geral, com a condição única de que sejam professores perpétuos.

A Sagrada Congregação, aos 28 de setembro de 1969, respondeu afirmativamente a todos os pedidos, precisando somente que os Irmãos Coadjutores não podem assumir encargos que requerem jurisdição eclesiástica.

2. Ereção da Visitadoria de Bombaim (Índia)

O Conselho Superior, aos 8 de setembro de 1969, erigiu a nova Visitadoria de Bombaim (Índia), destacando-a da Inspetoria de Madras. A casa de Bombaim-Matunga é a sede da nova Visitadoria.

3. Nomeação de Inspetores

Pe. Terêncio Jennings, Inspetoria Australiana

Pe. Geraldo Pompeu de Campos, Inspetoria de Campo Grande (Brasil)

Pe. Antônio Carvalho, Inspetoria do Recife (Brasil)

Pe. Gabriel González, Inspetoria de Medellín (Colômbia)

Pe. Dionísio Duarte, Visitador de Bombaim.

4. Novos formulários para o Relatório Administrativo das Inspetorias e das Casas — Circular do Ecônomo Geral

Turim, 1 de novembro de 1969

Aos Rev.mos Inspetores e Ecônomos Inspetoriais Salesianos

Caríssimos,

Durante o mês de novembro enviar-lhes-ei um número conveniente de cópias dos novos formulários para o relatório administrativo anual das Casas e para o das Inspetorias.

A estruturação destes formulários exigiu um trabalho superior ao que fôra previsto, porque procuramos atualizá-los no plano técnico e, ao mesmo tempo, torná-los de fácil leitura e compilação, e adaptados a todos os Países.

Com a colaboração de técnicos e de vários Salesianos, especialmente dos Ecônomos Inspetoriais da Itália, parece-nos que conseguimos realizar esquemas simples e lineares, capazes de apresentar uma visão clara e completa de uma situação econômico-administrativa, seja qual fôr o nível técnico e o tipo de administração nas várias partes do mundo salesiano.

Seguindo conselhos de competentes, decidimos deixar, por enquanto, estes formulários em língua italiana, para que haja certa prática com eles. Mais tarde traduzi-los-emos para as principais línguas, após os eventuais retoques sugeridos pelo manuseio.

Ficaremos, por isso, agradecidos aos Ecônomos que, no formulário inspetorial do relatório de 1969, indicarem, em boa caligrafia, preferivelmente à máquina, ao lado dos termos e títulos em italiano, os exatos termos técnicos correspondentes em sua própria língua.

Aproveito a ocasião para renovar a recomendação de que se faça a reunião anual dos Prefeitos, que, até agora, tem dado ótimos resultados. Tais reuniões visam a que o movimento administrativo nas Casas seja cada vez mais regular e responsável, no que tange à exatidão, à pontualidade, à competência e à observância das normas técnicas e disciplinares que regem este setor tão delicado e importante.

Nestas reuniões deverão ser distribuídos e explicados os novos formulários, que levarão a uma certa uniformidade administrativa, pelo menos nas linhas essenciais. Insistir-se-á, além disso, na elevação do nível técnico administrativo-contábil em todas as Casas, introduzindo, entre outras coisas, até a partida dobrada, onde se julgar conveniente.

Nos Países em que há mais de uma Inspetoria, muito útil seria que os Ecônomos se encontrassem a fim de terem critérios comuns nas formas práticas de administração e para conseguirem um aprimoramento técnico.

Não deixem também de examinar periodicamente a administração das Casas, ocasião em que procurarão encorajar, aconselhar e inculcar a regularidade.

Hoje, em quase todas as Inspetorias, já existe o louvável uso da prestação de contas mensal ou, pelo menos, trimestral de cada Casa ao Inspetor e ao seu Conselho, em formulários apropriados.

Tais formulários poderão ser uniformizados conforme os esquemas dos novos formulários anuais que enviamos. Ser-nos-á, assim, muito fácil, compilar, no fim do ano, o relatório anual, com a grande vantagem de um administração sempre em dia e controlada.

Acrescento ainda que se torna sempre mais necessária a organização de breves cursos de nível inspetorial e, onde possível, de nível interinspetorial, para a preparação e o aperfeiçoamento de irmãos competentes no campo administrativo.

Noto, enfim, que ainda falta algum relatório de 1968!... Suplico que não façam esperar por mais tempo!...

Que o Senhor a todos abençõe e lhes recompense o trabalho com abundantes graças.

Muito amigo em Cristo

Pe. Rogério Pilla

5. Tratamento econômico para os Irmãos Estudantes nas Casas de Formação — Circular do Ecônomo Geral.

Turim, 20/11/1969

Aos Rev.mos Inspectores e Ecônomos Inspetoriais Salesianos

Aos Rev.mos Diretores e Prefeitos das Casas Salesianas de
Formação da Itália.

Caríssimos,

na recente reunião da Conferência Inspetorial Salesiana da Itália e Oriente Médio, foi também examinado o atual tratamento econômico para os nossos Irmãos que se encontram nas Casas de formação da Itália, em vista das exigências apresentadas pelos Superiores responsáveis por estas Casas.

Todos somos concordes em reconhecer que a despesa para a manutenção do pessoal em formação se tornou um peso muito grave que, em muitos casos, supera, por si só, as disponibilidades financeiras ordinárias de uma Inspeção. Isto é ainda mais grave para algumas Inspeções fora da Itália que, com razão, acham excessivamente altas as diárias e, em geral, as despesas dos Irmãos que se encontram em formação, na Itália.

Apesar desta constatação, a Conferência Inspetorial não pôde deixar de ter em consideração que as atuais diárias são inadequadas em relação com o aumento do custo de vida. Determinou, por isso, um ajuste que aqui apresentamos.

Com serena e objetiva discussão, foram também apreciadas sugestões e observações provenientes de várias partes nestes últimos anos a respeito das notas de despesas dos Irmãos estudantes.

Chegou-se, assim, às seguintes decisões que dou ao conhecimento dos interessados e responsáveis:

1) - a)	Diária para Noviços	L.	1.100
	" " Coadjuutores do Magistério	"	1.400
	" " Clérigos liceistas e filósofos ...	"	1.400
	" " Clérigos teólogos	"	1.600
	" " Estudantes do P.A.S. em Roma ..	"	1.700
	" " Padres estudantes em S. Tarcísio-Roma	"	1.700
b)	Para lavagem de roupa e reparações ordinárias: quota mensal igual para todos	"	1.000
c)	Para calefação (onde existe): duas prestações globais, para todo o período de inverno, de L. 10.000 cada uma.		

2) Estas quotas devem ser rigorosamente mantidas na medida estabelecida e as diárias devem ser entendidas como abrangendo tudo, salvo o que se diz nos artigos seguintes.

3) Não se consideram incluídas nas diárias só as despesas relativas a: Livros e secretaria — Correio — Cursos e aulas extraordinárias de música — Roupa pessoal e de cama — Tratamento e remédios extraordinários — Viagens e passeios extraordinários — Taxas académicas para o P.A.S. e Ateneus externos.

4) Não são admissíveis quotas para pagamentos a professores externos, para biblioteca, para eventuais trabalhos edilícios executados ou a serem executados, para despesas gerais várias não claramente especificadas e expressamente permitidas.

5) Não é permitido aos estudantes fazerem compras de objetos, livros, instrumentos, etc., que estejam fora das normais e comuns exigências de trabalho, de estudo e de formação, sem licença prévia de seus Inspetores, que devem ser informados da despesa.

6) Para fins informativos e, ao mesmo tempo, educativos, cada Irmão estudante se interesse por suas despesas pessoais e tenha possibilidade de controlar a nota trimestral das contas, antes que seja enviada a seu Inspetor.

7) As novas quotas entrarão em vigor a partir do ano escolar 1969-1970. Por isso nas notas do 2.º trimestre se poderá fazer a retificação e o reajuste, onde fôr necessário, para conformar-se a elas.

Eis o que meurgia levar ao conhecimento dos senhores. Tenho certeza de que haverá, por parte de todos, a máxima compreensão e de que todos seguirão escrupulosamente o estabelecido.

Convém pensar que não há divergência, mas convergência de interesses de ambas as partes, pois se trata de obras da nossa própria Congregação e de Irmãos da nossa mesma família, tôdas e todos visando os mesmos ideais dentro da Igreja.

Estas convicção será certamente um estímulo para os superiores das Casas de formação, que os levará a terem presentes às dificuldades econômicas das Inspetorias, a evitarem qualquer forma de fiscalização e a praticar uma sã economia no espírito da pobreza religiosa, que influirá decididamente na formação dos jovens Irmãos interessados em pensar e agir como pobres, e levará também os superiores das Inspetorias a se compenetrarem das necessidades das Casas de formação.

Com satisfação aproveito a ocasião para saudar todos com fraterno afeto e enviar augúrios para as próximas festas de Natal e Ano novo.

Muito amigo em Cristo
Pe. Rogério Pilla

6. Ano Internacional da Educação

A 23a. Sessão da Organização das Nações Unidas decidiu, por unanimidade, celebrar, em 1970 "o Ano Internacional da Educação". Para isto dirigiu a tôdas as instituições educativas um apêlo no qual esclarece a finalidade da iniciativa. O objetivo é tomar o pulso da situação atual no setor educativo, analisar as componentes que determinam o estado presente da educação e do ensino, estudar e definir as causas da crise latente e violenta que atinge a sociedade, fixar as metas mais urgentes e mais importantes a serem alcançadas no campo da educação.

As metas podem resumir-se esquematicamente nestes pontos:

- eliminação de qualquer forma de discriminação em matéria de educação;
- alfabetização de adultos, nos países que ainda possuem número elevado de analfabetos;
- acesso da mulher a tôdas as formas de educação;
- formação dos quadros médios e superiores indispensáveis ao desenvolvimento;
- democratização do ensino secundário e superior;
- ultrapassagem da fase da simples seleção, com a instituição de uma verdadeira orientação escolar e profissional dos alunos;

— adaptação do ensino às exigências do mundo atual em contínua evolução, especialmente nas regiões agrícolas;

— formação e aprimoramento do pessoal docente;

— desenvolvimento da pesquisa pedagógica;

— experiências de novos métodos e meios pedagógicos;

— conciliação das atitudes tradicionais e conservadoras com as atitudes inovadores;

— promoção da ética, com base numa educação moral e cívica, para se facilitar a compreensão internacional, condição indispensável para o restabelecimento duma paz real e duradoura.

A União dos Superiores Gerais aderiu ao apêlo da O.N.U. e mandou uma comunicação a tôdas as instituições religiosas educativas, convidando-as a colaborar com a iniciativa. Nesta comunicação a União afirma: “Sugerimos que tôdas as Congregações educadoras adotem oficialmente a decisão das Nações Unidas e proponham a todos os seus membros, como escopo preciso de seu trabalho educativo, a realização dêste “Ano Internacional da Educação”. Desejamos que todos os Superiores Gerais, para testemunhar o espírito decididamente aberto do Concílio, se empenhem numa colaboração franca e sincera com todos os homens de boa vontade.

Acreditamos que êste Ano da Educação nos dará oportunidade para revalorizarmos aos próprios olhos dos Religiosos e das Religiosas a obra educativa, levando em consideração o desejo profundo dos jovens, interrogados sôbre a oportunidade dêste Ano Internacional. Teremos, além disso, ocasião de apresentar um sinal concreto de colaboração e de unidade apostólica”.

Enquanto levamos ao conhecimento de todos os Irmãos e, de modo particular, dos Superiores, a iniciativa da O.N.U., e a exortação da União dos Superiores Gerais, convidamos a dar à proposta uma colaboração positiva e digna duma Congregação que tem, como primeiro objetivo, a educação dos jovens e aceita dar a própria colaboração às instituições que visam a mesma finalidade, ao menos num plano de interesse moral e cívico.

Não se apresentam programas concretos de ação, em vista da grande variedade de situações em que se encontram as nossas obras. Deixa-se liberdade para se seguirem as iniciativas que serão promovidas nas diversas nações pelos governos locais que participam da O. N. U.

7. Pedidos de dispensa

Todos os pedidos de dispensa que se dirigem ao Reitor Mor devem chegar até êle por meio do Inspetor, o qual acrescentará as informações relativas e seu parecer.

8. “Casus Conscientiae Morales et liturgici”

Está suspensa, por êste ano, a publicação dos “Casus Conscientiae Morales et Liturgici” e das correspondentes “solutiones”, na expectativa duma nova fórmula de exercício pastoral.

9. Formulários de Secretaria

Os dados exigidos pela Secretaria Geral para os Irmãos falecidos e para os Irmãos que deixam a Congregação estão incluídos nos novos formulários enviados à Inspetoria e às Casas: não se exigem, portanto, os formulários antigos.

V. ATIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR E INICIATIVAS DE INTERESSE GERAL

Os membros do Conselho Superior, nestes últimos três meses do ano, além do desempenho dos afazeres ordinários da Congregação, desenvolveram várias atividades fora da sede central de Turim.

O Reitor Mor participou, em Roma, de duas reuniões de estudo promovidas pela Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) e pela Conferência Latino-Americana dos Religiosos (CLAR). As reuniões objetivavam o esclarecimento dos problemas da colaboração entre o Episcopado e as Instituições Religiosas na América Latina. Ainda em Roma, como membro efetivo da Congregação para os Religiosos e os Institutos Seculares, participou da "Plenária" da mesma Congregação e assistiu à inauguração do Ano Acadêmico no Pontifício Ateneu Salesiano. Presidiu também aos trabalhos da Conferência Inspetorial Salesiana da Itália e da Conferência Ibérica, visitando diversas obras salesianas em várias Inspetorias da Espanha e falando a vários grupos de Salesianos.

O Sr. Pe. Bellido, desde setembro último, está a visitar todas as Casas de Aspirantado e de Noviciado da América Latina. De 6 a 10 de outubro ele presidiu, em Campo Grande, juntamente com o Pe. Garnero, ao primeiro encontro dos Superiores dos Aspirantados Salesianos do Brasil. Estavam presentes, com os Inspetores, 34 Irmãos, sacerdotes e coadjutores, e foram desenvolvidos os seguintes temas: *Teologia da Vocação — Os candidatos à vida salesiana — A figura e a vocação do Coadjutor Salesiano — Alguns problemas educativos dos Aspirantados*. Ele está promovendo outros encontros sobre os mesmos assuntos nas outras Conferências Inspetoriais.

O Sr. Pe. Pianazzi está em visita a todos os Estudantados Teológicos e Filosóficos e aos Cursos de Aperfeiçoamento de Coadjutores da América Latina, encontrando-se com Superiores e Estudantes para o estudo dos problemas relativos à formação.

Os Conselheiros Regionais receberam do Reitor Mor o encargo de visitar as Inspetorias de seus Grupos com a autoridade canônica de Visitadores extraordinários.

O Sr. Pe. Castillo, neste trimestre, visita as Inspetorias de Córdoba (Argentina) e de Santiago (Chile). O Sr. Pe. Garnero, as Inspetorias de Quito e Cuenca, no Equador. O Sr. Pe. Giovannini, a Inspetoria de Novara (Itália). O Sr. Pe. Segarra, a Inspetoria de Barcelona (Espanha). O Sr. Pe. Ter Schure, a Inspetoria de Lubumbashi (África Central). O Sr. Pe Tohill, a Inspetoria de São Francisco (Estados Unidos).

Entre as iniciativas de importância especial neste período, além dos Encontros acima acenados, recordemos dois Encontros de Pastoral Juvenil, realizados respectivamente em São Salvador, de 20 a 24 de setembro, e em Montevideu, de 30 de setembro a 4 de outubro. Foram promovidos pelos Delegados da Pastoral Juvenil da América Latina e organizados com a colaboração do "Serviço Internacional de Pastoral Juvenil", para o estudo da situação juvenil local, comunicação de experiências e indicações de modos e meios para se tornar mais eficientes os Centros Inspetoriais de Pastoral Juvenil.

Os encontros foram presididos pelo Sr. Pe. Garnero e pelo Sr. Pe. Castillo e contaram com a presença de 15 Inspetores. Foi ampla e ativa a participação dos representantes de 23 das 25 Inspetorias da América Latina.

VI. DOCUMENTOS

Concessão de mais ampla representação no Capítulo Geral Especial

SACRA CONGREGATIO

PRO RELIGIOSIS

ET INSTITUTIS SAECULARIBUS

N. 15788/69

Beatíssimo Padre,

o Reitor Mor da Sociedade Salesiana de São João Bosco com o seu Conselho, a fim de dar maior representatividade ao próximo Capítulo Geral Especial e ir de encontro a um desejo, já claramente e amplamente manifestado no último 19.º Capítulo Geral, julga oportuna uma modificação no vigente art. 129, item 6 das Constituições.

O citado artigo prescreve:

Tomam parte no Capítulo Geral com voto deliberativo:

1 — O Reitor Mor; os Reitores Mores eméritos; 2 — O Conselho Superior; 3 — O Secretário do Conselho; 4 — O Procurador Geral; 5 — Os Inspetores; 6 — um Delegado de cada Inspeção, devidamente eleito no Capítulo Inspeção; 7 — O Diretor da Casa Mãe Salesiana de Turim; 8 — o Reitor Magnífico do Pontifício Ateneu Salesiano.

O Orador pede à Sua Santidade que, para a eleição dos Delegados ao próximo Capítulo Geral Especial, permanecendo invariáveis os outros itens, o item 6 seja assim modificado:

“Um delegado para cada Inspeção, devidamente eleito no Capítulo Inspeção, se os irmãos professores (perpétuos e temporários)

da Inspetoria não forem mais de 250. Dois delegados para cada Inspetoria, devidamente eleitos no Capítulo Inspetorial, se os irmãos professores (perpétuos e temporários) da Inspetoria forem mais de 250”.

Pede também que as Visitadorias (quase Inspetorias) sejam equiparadas às Inspetorias, em tudo o que se refere às eleições para o Capítulo Geral Especial.

Pede, enfim, que, para afastar qualquer dúvida de ordem jurídica e, ao mesmo tempo, ir de encontro aos votos comuns, em plena correspondência com as orientações conciliares haja autorização, se tal autorização fôr julgada necessária, para se declarar oficialmente que os Salesianos leigos (coadjutores) podem ser eleitos “pleno iure” Delegados, tanto para Capítulo Inspetorial, como para o Capítulo Geral, com a condição única de serem professores perpétuos.

Que da graça, etc.

Vigore facultatum a Summo Pontifice tributarum, Sacra Congregatio pro Religiosis et Institutis Saecularibus, attentis expositis, annuit pro gratia, iuxta preces, exclusis pro fratribus coadiutoribus muneribus in quibus ecclesiastica iurisdictio exercetur.

Contrariis quibuslibet non obstantibus.

Datum Romae, die 28 septembris 1969.

C. Addivinola P. O.

D. M. Huot c.m.m.
subs.

VII. MAGISTÉRIO PONTIFÍCIO

1. Exortação aos motivos de confiança nas inegáveis atuais perturbações da Igreja

Alocução de Paulo VI na audiência geral de 10 de setembro de 1969

Amados Filhos e Filhas!

Muito se fala hoje das perturbações que agitam internamente a vida da Igreja, após o Concílio. Tais perturbações surgem de modo imprevisto e não provêm do Concílio, com lógica fiel, mas, às vezes, com uma lógica contrária ao espírito, às esperanças e às normas do próprio Concílio. Há quem ouse julgá-lo e até declará-lo insuficiente, ultrapassado e necessitando de complementos, o que desvaloriza a autoridade e compromete a genuína fecundidade do Concílio. E logo vão aplicando a este estado de coisas os termos hoje convencionais na linguagem da opinião pública, mas bem inexatos para definir acontecimentos eclesiais: progressismo, contestação, revolução, ou reação, restauração, imobilismo, etc. Habitados a medir nossas coisas mais com a medida espiritual do que com a profana, nós preferimos considerar fatos e fenômenos, que nos rodeiam, à luz de outra terminologia, a espiritual.

Podemos, assim, dizer, sob um aspecto geral, que a presente perturbação é uma crise de desconfiança, se a considerarmos nos ânimos nos quais fermenta e brota. Ou melhor, crise de desconfiança em seu aspecto negativo, pois é este que agora nos interessa. Uma tentação de desconfiança percorre a alma de não poucos ambientes eclesiais. Desconfiança da doutrina e da tradição, que se torna crise de fé. Desconfiança das estruturas e dos métodos: que se torna crítica corrosiva e mania de pseudo-libertação. Desconfiança nos homens: e torna-se tensão, polêmica, desobediência. Desconfiança nos próprios atos de renovação da Igreja: que se torna resistência em alguns e indiferença em outros. Desconfiança na Igreja, tal como se apresenta: que se torna crise de caridade e recurso, muitas vezes

ingênuo e servil, aos sucedâneos de ideologias adversárias e de costumes profanos. Difunde-se, aqui e ali, a suspeita de que a Igreja seja incapaz de sustentar-se e renovar-se. Há uma renúncia às esperanças de uma nova primavera cristã e não falta quem recorra a arbitrárias ideologias ou a gratuitas suposições carismáticas para encher o vazio interior da confiança perdida; confiança que depositavam em Deus, na orientação da Igreja, na bondade dos homens e, até em si mesmo.

Devemos dizer-vos que também nós e, conosco, pessoas e órgãos responsáveis na Igreja de Deus, sejamos suspeitos de desconfiança? Há alguns dias, um eclesiástico de grande coração nos confiava a sua impressão, que, dizia êle, não era somente sua mas também de outras pessoas atentas e pensativas diante da cena contemporânea da vida da Igreja. A impressão era de que a Igreja em seu centro, e até o próprio Papa, estivessem possuídos de certa desconfiança sobre o andamento geral do período pós-conciliar, e se mostrassem tímidos e incertos, em vez de francos e decididos. Esta observação nos obrigou a refletir. Estaremos nós mesmos tomados de desconfiança? *Homo sum*; e, de per si, nada aí haveria de estranho. Até Pedro, ou melhor, Simão, foi fraco e inconstante, alternando atitudes de entusiasmo e de temor. Deveríamos, em tal caso, prostrar-nos aos pés de Cristo, e repetir-lhe, com infinita humildade, as mesmas palavras de Pedro: "...*Homo peccator sum*" (Lc 5, 8); mas também com imenso amor: "*Tu scis quia amo Te*" (Jo 21,15-17). Em seguida deveríamos apresentar aos nossos Irmãos e a nossos Filhos a humilde apologia de nós mesmos, com o único objetivo de apagar nêles a eventual impressão de que falamos acima, e para dar a todos a garantia da certeza interior com que o Senhor se digna confortar a nossa consciência e nosso ministério. Ousamos, por isto, nos apropriar das palavras do Apóstolo: "Quem poderá nos separar do amor de Cristo?... Sim, tenho certeza... nada nos separará..." (Rom 8,35-38); "Trazemos êste nosso tesouro em vasos de argila, a fim de que se reconheça que nosso tão supereminente poder vem de Deus e não de nós. Atribulados em tudo, mas não oprimidos; perplexos mas não desesperados..." (2 Cor 4,7-8).

E assim é. Como não sofreria o Papa e os que com êle sustentam a responsabilidade da guia pastoral da Igreja, ao ver que as dificuldades maiores de hoje surgem do próprio seio da Igreja? Ao ver que os desgostos mais pungentes provêm da indocilidade e da infidelidade de alguns de seus ministros e de algumas pessoas consagradas? Que as mais tristes surpresas partem dos ambientes mais assistidos, favorecidos e prediletos? Como não sentir pesar

diante de tantas energias desperdiçadas não na procura de incremento, mas no esforço supérfluo e sofisticado de suscitar problemas e de torná-los complicados e irritantes?

Uma coisa, entretanto, é o pesar, e outra, a desconfiança. A amargura, que podemos e devemos sentir diante de certas provas da Igreja, na hora presente, não diminui nossa confiança. Talvez mesmo a aumente, quando nos obriga a colocá-la ainda mais na divina sabedoria, na divina assistência. Nós deixamos que o Senhor, tomando-nos pela mão, nos repreenda: “Homem de pouca fé, por que duvidaste?” (Mt 14,31), e nos lembre até que grau incrível podemos estender nossa confiança. Esta encontra nos inexauríveis argumentos das misteriosas realidades sobrenaturais, nas quais estamos imersos, poderoso e suave conforto, de modo a poder comunicá-los aos outros e à Igreja inteira (cfr 2 Cor 1,3ss). Cristo é a nossa esperança, nossa força, nossa paz.

E ainda mais vos diremos. Outros argumentos, sempre de ordem eclesial, mas humanos, alimentam a nossa confiança. Resumamo-los em duas ordens. A primeira é dada pelo conhecimento que também nós temos dos homens. Conhecemos o fundo de bondade que existe em todo coração, conhecemos os motivos de justiça, de verdade, de autenticidade, de renovação, que estão na raiz de certas contestações, mesmo quando estas são excessivas e injustificadas e, portanto, reprováveis. As contestações dos jovens, especialmente, partem, quase sempre, de reações e de aspirações que merecem consideração e obrigam a retificar o juízo da ética social, viciado por abusos inveterados e, hoje em dia, insustentáveis. E sabemos como certos males, que fazem sofrer, como a cizânia no campo de trigo, têm, também eles, uma função providencial: a de sacudir a sonolência que permitiu ou protegeu o seu surgir. Têm eles a função de exercitar a paciência e a caridade, reabilitar-nos para uma oração mais fervorosa e para uma fidelidade mais consciente. Até os escândalos, nos misteriosos planos de Deus, podem ter uma fatal necessidade. Disse-o Jesus, enquanto ameaçava severamente os escandalosos (cf Mt 18,7). Estas considerações, e outras semelhantes, nos afastam daquele temor que tornaria tímido e negligente nosso serviço na causa de Cristo, e daquele pessimismo que nos tornaria juízes não autorizados dos nossos semelhantes e nos faria perder a confiança na recuperabilidade da pessoa humana. Muitas situações, ademais, que infelizmente não são conformes às legítimas previsões e às nor-

mas estabelecidas, não são, entretanto, totalmente negativas. Em vez de tirar a confiança pelo incômodo que acarretam, deveriam conservá-la mais generosa e clarividente em vista de seu processo de decantação responsável.

Outra ordem de argumentos, que fortalecem a nossa confiança, e sempre a aumentam e alegram, provém do fato de sabermos que há, na Igreja de hoje, pós-conciliar, fileiras inumeráveis de almas fortes e fiéis, iluminadas pela oração, entregues à observância de qualquer preceito de autoridade, levadas ao sacrifício silencioso e espontâneo, firmes na linha do Evangelho, atentas a toda possibilidade de serviço na caridade, sempre voltadas para um ideal de perfeição cristã; almas santas. E quantas são! São a honra e alegria da Igreja. São a fôrça do povo de Deus. São a nossa confiança.

Permiti, caríssimos filhos, que possamos contar também com todos vós e todos os que recebem, com o eco das nossas palavras paternas, a nossa bênção apostólica.

2. Para que a Igreja possa atuar o Concílio precisa encontrar-se interiormente unida.

Alocução de Paulo VI na audiência geral de 17 de setembro de 1969

Amados Filhos e Filhas!

De que necessita hoje a Igreja? E' a pergunta que está sempre diante de nós no exercício do nosso ministério apostólico, pergunta para a qual as condições atuais da Igreja não se satisfazem com uma resposta fácil e unívoca. A Igreja precisa, dizíamos numa audiência precedente, novamente encontrar confiança em si mesma. Queremos dizer, nas promessas e nos carismas divinos, que ela traz em si; no patrimônio de verdade que, por meio da tradição autêntica, dá-lhe a razão de viver e de operar; na própria estrutura constitucional e mística, à qual Cristo conferiu a verdadeira autenticidade e a indefectível perenidade; na sua capacidade de recompor a unidade desfeita da única e universal família cristã; no valor e na versatilidade de sua atividade pastoral, capaz de reatar ao fio do costume cristão, antigo e recente, o tecido de sua renovação eclesial, como os tempos lhe sugerem e, sob certos aspectos, impõem. Ela deve ainda reencontrar a confiança na própria missão, aberta ao mundo de hoje e

de amanhã, de sinal e de instrumento para toda a humanidade. Ela precisa atuar o Concílio; precisa, de novo, encontrar-se interiormente unida, concorde, disciplinada e feliz; precisa de uma revisão orgânica de sua liturgia, como já se está fazendo; precisa de um código de leis novo e revisto, como também laboriosamente já se procura fazer; necessita de um renovado empenho na sua vocação evangélica de caridade e de santidade; precisa de nova eficácia pastoral, missionária, ecumênica; precisa — e Deus permita que sejamos atendidos! — de uma nova e animadora efusão do Espírito Santo.

Mas, como todos vemos, as dificuldades são muitas. O Concílio deu à Igreja impulsos múltiplos e fortes, mas nem todos foram usados na boa direção, isto é, para a edificação da Igreja de Deus. Dêste modo, não poucos sintomas parecem mais prelúdios de graves males para a própria Igreja. Nós mesmos já indicamos alguns destes, como certa flexão no sentido da ortodoxia doutrinal em algumas escolas e em alguns estudiosos. E não há quem não veja quão perigoso seja para a verdade religiosa e para a eficiência salvadora da nossa vida religiosa, o considerar só seu aspecto humano e social, com prejuízo do aspecto principal, sagrado e divino, o aspecto da fé e da oração. Dêste modo, não podemos observar sem apreensão a facilidade com que muitos se opõem à virtude da obediência eclesial, que é princípio constitutivo no desígnio estabelecido por Cristo para a estabilidade e para o desenvolvimento do seu Corpo místico e visível, que é justamente a Igreja.

Talvez se tenha ido além dos limites permitidos, no esforço, em si louvável, de inserir o Sacerdote na estrutura social, secularizando totalmente o seu hábito, seu modo de pensar e de viver, colocando-o no campo que não lhe é próprio, das competições temporais, enfraquecendo, assim, sua vocação e sua função de ministro do Evangelho e da Graça. Demasiadamente se colocou em livre discussão o seu celibato e se vai enfraquecendo demais o vigor da ascese cristã e o caráter irreversível dos compromissos sagrados assumidos diante de Deus e da Igreja; e, talvez, também se tenha recorrido demais a formas excessivas de publicidade, de pesquisas, de experiências irregulares, de pressões de opinião pública, para que o caminho certo da renovação fôsse encontrado com senso de responsabilidade e luz de sabedoria católica.

Será necessário algum tempo para que se possa apurar o que há de bom nestas inquietas e aberrantes expressões da vida católica e para repô-las em sua própria harmonia. Houve até quem falasse

em certa decomposição da mesma. Nós não somos desta opinião e, mais uma vez, confirmamos a nossa confiança na assistência de Cristo e na ajuda dos bons.

Entretanto, que fazer?

Eis: queremos recorrer à ajuda dos bons filhos da Igreja. De seus Pastores, principalmente. Seríamos injustos para com eles, se disto sequer duvidássemos. Esperamos muitíssimo dos Sacerdotes fiéis à sua vocação e a seu serviço na Igreja de Deus. O mesmo dizemos dos Religiosos e das Religiosas firmemente aderentes a seus Estatutos e ao espírito dos Santos, de onde tiram origem e exemplo suas respectivas instituições. Muito esperamos também do Laicado católico, que foi, nestes últimos tempos da Igreja, o fermento generoso e genial de sua reafirmação nas tremendas peripécias de sua história moderna; nos jovens, especialmente, para os quais sempre se dirige o nosso pensamento com imensa simpatia espiritual. Confiamos muito também nas almas compreensivas e silenciosas que rezam, esperam e sofrem com seus Bispos e conosco, e que novamente geram, em si mesmas, a Igreja nova, a Igreja viva, a Igreja santa. Consola-nos saber que estas almas não têm estatísticas burocráticas, mas são muitíssimas, e espalhadas por todo o mundo; e estão em estado de expectativa, aquela expectativa que faz caminhar a Igreja em sua peregrinação escatológica e na sua grande ascensão para a santidad de seus membros, semelhante à da sua vocação divina.

Mas não queremos perder esta ocasião, que põe diante de nós grupos de especial valor apostólico, para dizer a eles e a quantos seguem semelhante inspiração, que nós muito esperamos de tais grupos. Vemos nêles refletida a palavra do Senhor: "*Nolite timere, pusillus grex...*" (Lc 12,32). Não é o número que importa. E' o fervor, o devotamento, o espírito. Podem ser discutidos os chamados "grupos espontâneos", quando são fechados, arbitrários e talvez até contestadores da comunidade e da autoridade responsável. E no entanto, podem ser providenciais aqueles grupos de pessoas, que aceitam uma severa e ordenada preparação para a vida interior e para o apostolado exterior, e que se dedicam à atividade missionária no nosso mundo e no afastado mundo das missões propriamente ditas, e com coragem apostólica e sabedoria profética oferecem tempo, trabalho, coração ao anúncio de Cristo, nas mil formas que a multiforme vida moderna lhes proporciona. A palavra, o ministério sagrado, o escrito,

a caridade têm, naturalmente, o primado nesta “escalação” do apostolado. Mas recordemos: deve ser apostolado de algum modo coletivo e organizado, alimentado pela meditação e pela fidelidade à Igreja, vivido com alegre sacrifício espontâneo e com certa audácia.

Digamos ainda: a Igreja hoje necessita destas forças voluntárias e disciplinadas. Precisa de almas fortes e que irradiem o querigma da salvação. Para estas e para todos vós que nos escutais, encarando em suas pessoas, pelo menos dividindo esta nossa esperança, seja a nossa Bênção Apostólica.

3. A fidelidade no amor à Igreja é, hoje, necessidade. É nosso dever.

Alocução de Paulo VI na audiência geral de 24 de setembro de 1969

Amados Filhos e Filhas!

O encontro com tantos Irmãos do Povo de Deus e Filhos da santa Igreja Católica, que nos proporcionam estas audiências semanais, estimula sempre o nosso espírito a dizer uma palavra, simples como a de um Pároco, mas bondosa e verdadeira, haurida do tesouro da doutrina de Cristo, da qual Ele nos quis guardião e testemunha, e, ao mesmo tempo, como que brotada das exigências da Igreja, que são, afinal, as exigências de vós mesmos, Filhos caríssimos.

Qual será hoje a nossa palavra? E qual é a necessidade à qual ela corresponde? A necessidade é, parece-nos, a fidelidade. Primeiramente, fidelidade prática e empírica, se quiserdes, ao costume religioso e cristão, de que sois herdeiros. As vossas Famílias, muitas vezes cenáculo de autêntica vida cristã; as vossas Paróquias, modeladas por uma constante e sábia orientação pastoral; as vossas Dioceses, muitas delas também possuidoras de tradições de costume, de monumentos, de artes, de santos; as vossas Nações, tôdas possuidoras de um antigo ou recente patrimônio religioso, cultural e moral, que vos encham de glória e fornecem alimento, exemplo e estímulo de perpétua renovação; entregam a vós, à geração presente, uma herança preciosa, que deve ser acolhida, pois seria loucura descuidá-la ou desperdiçá-la.

Recordamo-nos sempre de algumas admiráveis Paróquias que visitamos, como peregrino no exterior, como pastor em Milão, também em lugares onde a população é totalmente entregue ao trabalho industrial, artesanal ou agrícola, exuberante de juventude, e aberta

às inovações do progresso, mas ainda florescentes de antiga e atual plenitude de vida religiosa e de costume cristão. Observando-as, nós pensávamos: que incremento poderiam conseguir se, por amor da novidade, se destacassem do seu próprio esquema de vida católica, já tão comunitário, tão consciente e atualizado?

Vêde, caríssimos Filhos, por esta referência particular, o respeito que nós, por primeiro, temos à Igreja local (cf *Lumen Gentium*, n. 26; *Ad Gentes*, n. 22 e 26), quando esta, nas sua peculiaridade original, vive e reflete a autenticidade da única Igreja universal.

O antigo e o novo

Bem o sabemos: este respeito à tradição não está na moda e, em muitos casos, nem é consentido, nem é razoável. A vida de hoje se transforma de modo tão radical que não é possível alguém ater-se às formas que outrora o modelaram. E' justo: não podemos, não devemos permanecer presos ao passado. Pelo contrário: é nosso dever acolher tudo que de bom os novos tempos nos oferecem. Diremos ainda mais: devemos nós mesmos promover o progresso, em todos os níveis, e acelerar os desenvolvimentos que a prodigiosa civilização moderna oferece ao homem, para que ele seja mais homem, e para que todos possam gozar dos benefícios de um mundo melhor. Mas esta corrida para a frente não nos autoriza a desviar da direção boa que a tradição passada marcou para o nosso caminho. Há sempre algo na tradição a que devemos ser fiéis se não quisermos ser infelizes. Descobrir este "algo" constitui um dos problemas mais delicados e complicados no processo renovador da Igreja de hoje; problema duplo: o que conservar de antigo, e o que introduzir de novo.

Eis, então, uma segunda fidelidade hoje necessária à Igreja: a que se fundamenta na avaliação autorizada e responsável dos elementos constitutivos ou historicamente adquiridos e não arbitrariamente alienáveis da própria Igreja, tanto no campo institucional, quanto no doutrinal; e esta avaliação não pode ser apressada nem arbitrária. Ninguém pode inventar uma nova Igreja conforme seu próprio juízo, ou seu gosto pessoal. Não raramente encontramos hoje pessoas, mesmo boas e religiosas, jovens especialmente, que se julgam em condições de denunciar todo o passado histórico da Igreja, o pós-

tridentino de modo particular, como inautêntico, ultrapassado e até sem valor para o nosso tempo.

Dêste modo, com algum termo convencional, mas extremamente superficial e inexato, declaram absolutamente encerrada uma época (constantiniana, pré-conciliar, jurídica, autoritária...), e iniciada uma outra (livre, adulta, profética...) a ser imediatamente inaugurada, segundo critérios inventados por êstes mestres novos e, quase sempre, improvisados. Para sermos hoje verdadeiramente fiéis à Igreja devemos nos acautelar contra os perigos que derivam do propósito, tentação talvez, de renovar a Igreja, com intenções radicais e com métodos drásticos, subvertendo-a.

Acenemos apenas. Um dêstes perigos é a crítica, presunçosa e negativa, isolada da visão global da realidade, ou da consideração total da verdade viva da Igreja, ou do sentido histórico com que certos seus aspectos devem ser avaliados. Diz bem um insigne teólogo contemporâneo: "...Quando a função crítica entra sôzinha em atividade, acaba logo por tudo pulverizar" (De Lubac, *L'Eglise dans la crise actuelle*, Nouv. Revue Théol., 1969, n. 6, p. 585).

Os limites da experiência subjetiva

Outro perigo é o profetismo. Muitos, quando hoje falam da Igreja, se dizem inspirados por sôpro profético, e afirmam coisas arriscadas, algumas vêzes inadmissíveis, apelando para o Espírito Santo, como se o divino Paráclito estivesse sempre à sua disposição. E fazem isto, às vêzes, infelizmente, com o propósito tácito de se libertarem do magistério eclesiástico o qual, entretanto, goza da assistência do Espírito Santo. Os carismas do Espírito Santo são concedidos livremente por Ele a todo o Povo de Deus, e também ao simples fiel (Jo 3,8; 1 Cor 12,11; *Lumen Gentium* n. 12; *Apostolicam Actuositatem* n. 3); mas a verificação, assim como o exercício dêstes dons, estão sujeitos à autoridade do ministério hierárquico (cf. 1 Cor 4,1 e 14,1 ss.; *Christus Dominus* n. 15; *Lumen Gentium* n. 7; etc.). Queira Deus que a presunção de fazer do próprio juízo pessoal, ou da própria experiência subjetiva, ou ainda da própria aspiração momentânea o critério diretivo da religiosidade, e o cânon interpretativo da doutrina religiosa (cf 2 Pdr 1,20; *Dei Verbum*, n. 8), como se fôsse dom carismático e sôpro profético, queira Deus, dizemos, que isto não conduza para fora do caminho tantos espíritos de valor e bem intencionados. Teríamos um nôvo "livre exame", que multiplicaria as mais variadas e as mais discutíveis opiniões em matéria

de doutrina e de disciplina eclesiástica, tiraria de nossa fé a certeza e a função unitiva, e faria da liberdade pessoal, de que a consciência é, e deve ser, guia imediata (cf. *Dignit. Humanae*, n. 2 e 3), um uso contrário à sua primeira responsabilidade, a de procurar a verdade, a qual, no campo da verdade revelada, tem por guia supremo o magistério da Igreja (*Dei Verbum*, n. 8).

O patrimônio da tradição

Concluamos então recordando uma terceira fidelidade à Igreja, a fidelidade do amor. A Igreja hoje tem, mais que nunca, necessidade desta fidelidade. Não é uma adesão passiva, professada em virtude da inércia ou preguiça espiritual, ou conservada mais fora que dentro do coração, no temor de perder a estima dos outros e de encontrar os incômodos da sinceridade negadora ou traiçoeira. O amor não esconde os defeitos e as exigências que um olhar filial pode encontrar também na mãe Igreja. Quanto mais os percebe e observa, mais sofre por eles e procura remediá-los. Mas é olhar límpido, amoroso, que vê sobretudo o bem na Igreja. Não haverá, por acaso, mais algum bem a ser notado na Igreja para que se deva agora contestar e ofender tanto? Não são, muitas vezes, os Irmãos ainda separados, que admiram e invejam tantos tesouros, que a Igreja católica romana possui e defende? A tradição da Igreja, seu aspecto hoje mais injuriado, não resplende talvez em homens e obras grandiosas? Por acaso ela hoje não continua ainda a apresentar-nos exemplo de sabedoria e de santidade? Amar a Igreja! Eis a necessidade de hoje, eis o nosso dever! Críticas e reformas são útilmente possíveis, contanto que promovidas pelo amor verdadeiro. Amá-la como e porque Cristo a amou, e por ela sacrificou-se (Ef 5,25); com sacrifício nosso, portanto.

Façamos também assim todos nós, Filhos caríssimos; e seja conforto para a vossa fidelidade a nossa Bênção Apostólica.

4. Comunhão pessoal com Cristo para renovar a vida da Igreja

Alocução de Paulo VI na audiência geral de 29 de outubro de 1969

Amados Filhos e Filhas!

Sabeis todos que nestes dias foi celebrado o Sínodo extraordinário dos Bispos. Para quê? Para se estudar como melhor apresentar

a ordem hierárquica na Igreja, depois que o Concílio pôs em relêvo o aspecto colegial do Episcopado, tendo o Papa como seu chefe, e para realizar, assim, também no ministério pastoral do povo cristão, uma comunhão mais íntima, consciente e operante. Deve assim ter amplo reconhecimento o caráter universal da Igreja, com suas autonomias locais particulares e subordinadas e deve ser promovido o seu caráter unitário e orgânico, de modo que ela seja e apareça sempre melhor, segundo a vontade de Cristo, como um corpo coeso e ordenado, gradualmente corresponsável na diversidade das funções hierárquicas e dos dons espirituais. Se bem observarmos, veremos que se trata de dar à caridade animadora da Igreja uma atividade mais intensa, mais ordenada, mais operante. Esperemos e rezemos para que o próprio Senhor nos ajude a progredir neste caminho da caridade eclesial. Ora, êste fato, tipicamente pós-conciliar, não interessa apenas à ordem episcopal, mas, a seu modo, a tôda a estrutura do povo católico.

Podemos, à distância de tantos séculos, fazer nossa, para vós, a palavra de São Paulo: “Cresce a vossa fé (recordemos: esta é a condição primeira, a fé, esta a raiz de tudo), e aumenta o amor de cada um de vós para com os outros” (2 Tess 1,3). A vida da Igreja é assim: ela encontra sempre refflorescimento de novas formas ao haurir a sua linfa na fecundidade dos seus princípios divinos. Aqui o princípio é, depois da fé, a caridade.

Aprofundar o “sentido da Igreja”

A caridade, nesta sua aplicação geral e na sua contingente modernização, toma o nome de comunhão. E’ uma palavra sôbre a qual faz bem meditar. Ela diz mais que comunidade, que é fato social exterior. Diz mais que congregação, mais que associação, mais que fraternidade, mais que assembléia, mais que sociedade, mais que família, mais que qualquer forma de solidariedade e de coletividade humana. Exprime Igreja, isto é, humanidade animada por um mesmo princípio interior. E êste princípio não é apenas sentimental, ideal ou cultural, mas misterial e real. Humanidade animada por um Espírito vivificante, o Espírito de Cristo, a sua graça, a sua caridade, com o duplo efeito de distinguir quem vive dêste princípio santificante com um estilo original de pensamento e de costume, a que chamamos cristão, e de estruturá-lo num corpo social, visível e ordenado, a que chamamos, exatamente, Igreja.

São coisas conhecidas mas que agora adquirem uma importantíssima força de expressão. E' preciso que se tornem conscientes e que, sobretudo, dêem forma à nossa espiritualidade e ao nosso comportamento social. E' preciso que aprofundemos o "sentido da Igreja", e que nos deixemos educar por êle.

"Permanecei no meu amor"

Antes ainda de nos darmos conta dos efeitos exteriores que essa realidade está destinada a produzir nas estruturas e na vida prática da Igreja, nós queremos hoje chamar um instante a atenção sobre o primeiro significado desta misteriosa palavra: comunhão; isto é, sobre o seu significado de comunhão com Cristo.

Pensemos bem, porque o outro significado de comunhão eclesial deveria depender dêste primeiro significado individual, interior, invisível, embora possua modalidades teológicas próprias.

Digamos, por enquanto: precisamos estar em comunhão com Cristo. Nesta comunhão está o aspecto pessoal que agora consideramos: o aspecto íntimo, espiritual, que se verifica nas profundezas do nosso ser, às quais nossa consciência não chega, a não ser pela fé, e por algumas raras e imperfeitas experiências. Os místicos são, neste campo, os mais experientes. Mas cada um de nós deve poder dizer: "Já não vivo eu; Cristo vive em mim" (Gál 2,20). Este sentido de comunhão interior com Cristo, de convivência pessoal com Êle, de habitação dêle em nossa alma (cf Ef 3,17) deveria arder sempre como uma chama acesa dentro de nós, e deveria modificar bastante aquela consciência de nós mesmos a que chamamos nossa personalidade, sem que para isto percamos nossa espontaneidade ou venhamos a nos exprimir em beatismos.

Que o Senhor muito desejasse nossa comunhão com Êle, prova-o a sua dulcíssima e última palavra que deve ser escutada em silêncio atencioso. É esta: "Permanecei no meu amor". Este verbo "permanecer" devia ser habitual nos lábios do Senhor, se o encontramos tantas vezes nos escritos de São João evangelista (67 vezes, dizem os exegetas, 40 das quais no seu Evangelho), com vários significados, entre os quais prevalece o espiritual, místico, que nos parece plenamente expresso na breve frase citada: "Permanecei no meu amor". (cf. Jo 15,9; cf. Pecorara, *De verbo "manere" apud Joannem*. Divus Thomas, 1937, pp. 159-171).

Vínculo estável

Esta palavra suave e profunda deve ser compreendida no contexto do discurso que Nosso Senhor pronunciou depois da última ceia; ela se ressentia da intensidade daquela hora da noite, prelúdio da Paixão, e inteiramente permeada pela seriedade patética e pela contida comoção da última despedida de Jesus aos discípulos que, naquela noite, ele chamou de amigos (Jo 15,14-15), e tornou depositários de suas últimas confidências, de suas derradeiras vontades: “Permanecei no meu amor”.

Que pretende dizer o Senhor com esta recomendação cheia de ternura e de força? Que os discípulos deviam perseverar na amorosa recordação d’ele, como pouco antes, havia dito após a instituição da Eucaristia: “Fazei isto em minha memória”? (Lc 22, 19); ou queria dizer que os discípulos deviam conservar em si mesmos o afeto que Cristo a eles dedicara? Ou melhor: Jesus desejava que o amor perdurasse numa intensa reciprocidade? Talvez isto. Mas em medida plena, ultra-sentimental, vital. O próprio evangelista São João na sua primeira carta assim se exprime: “Quem permanece na caridade permanece em Deus, e Deus nêle” (1 Jo 4, 16). A realidade é esta: que Jesus pensava numa mística união a se realizar na profundeza da alma, entre ele e cada um dos seus e pensava no seu amor aos discípulos, e no seu amor nos discípulos e, simultâneamente, no amor dos discípulos para com Ele. Pensava no mistério da graça, isto é, da caridade que é uma “espécie de amizade do homem com Deus” (S.T. II, IIae, 23,5). E pensava que esta relação sobrenatural deveria permanecer sempre, mesmo depois de Cristo ter morrido e ressuscitado e desaparecido da cena dêste mundo. O pensamento do Senhor, sob êste aspecto, é claríssimo: Jesus estabelece um vínculo estável entre Ele e os seus, um vínculo que sua morte e sua ressurreição não interromperiam. Seria permanente de sua parte, e Ele o queria permanente, embora livre e pessoal, por parte dos seus.

Concluamos. Se quisermos renovar a vida da Igreja como comunhão, devemos pôr grande empenho em estabelecer em nós mesmos esta comunhão pessoal e sobrenatural com Cristo, alimentando um amor vivo, animado pela graça e pela conversação interior com Ele, presente em nós. Não é sem motivo que a piedade católica dá o nome de “comunhão” à recepção da Eucaristia, e dedica a êste encontro, tão simples e inefável, algum momento de silêncio, de re-

colhimento, de audição interior, de incomparável consolação. Muitos, hoje, descuidam esta pausa preciosíssima. Exortamo-vos a tratá-la com carinho. Com a nossa Bênção Apostólica.

5. No trabalho de renovação da Igreja, olhemos para a tradição com amorosa simpatia

Alocução de Paulo VI na audiência geral de 5 de novembro de 1969.

Amados Filhos e Filhas!

A meditação, que atrai a opinião pública da Igreja, hoje, diz respeito ao caráter comunitário da própria Igreja. A Igreja é o corpo místico de Cristo, já se disse. A Igreja é o Povo de Deus. A Igreja é uma comunhão. Comunhão vital, mediante o Espírito Santo, alma da Igreja, com Cristo e com a sociedade dos fiéis. É uma meditação teológica fundamental. Fazemos bem em alimentar esta reflexão. Ela corresponde à mentalidade moderna tão impregnada de sociologia, e até a antecipa e integra. No plano religioso, mostra-nos, ainda uma vez, a superioridade e o valor da fé, também em campo social. Enquanto, no plano moral, pedagógico e prático, esta meditação sôbre a solidariedade, que faz dos verdadeiros cristãos “um só coração e uma só alma” (At 4,32), aponta-nos deveres mais urgentes, especialmente no exercício da virtude rainha, a caridade. Tais deveres tendem a modificar, não pouco, a nossa maneira de pensar, sempre tentada pelo egoísmo interior, e o nosso comportamento, tanto eclesial como social.

Comunhão eclesial

Este “viver juntamente”, na oração, no sentimento comunitário, no diálogo com os nossos semelhantes, no interesse pelas necessidades dos outros e pelo bem comum, esta convivência espiritual, esta “*societas spiritus*”, comunhão de espírito (Filip 2,1), como a chama São Paulo, é muito bonita, mas não é muito fácil. Encontra até nas correntes ideais do nosso tempo outras concepções, também elas importantes, que a contradizem. Sômente a sabedoria do nosso sistema cristão (chamemo-lo assim) consegue harmonizar, com o culto da liberdade, a reabilitação da personalidade e da dignidade humana,

o relativo primado da consciência, a preferência dada à experiência religiosa em confronto com a observância da norma canônica, e, finalmente, e talvez primeira entre as outras, a concepção revolucionária, aplicada a todo tipo de progresso, de reforma, de renovação, de atualização. O termo “revolução” já abriu caminho também no comércio das idéias geradoras de ordem e de paz.

Duas formas, mais acentuadas que as outras, do espírito de independência e até de rebelião (que penetrou não pouco também no concôrto da vida eclesial), parecem exigir de nós uma menção particular, porque máximamente opostas ao espírito de comunhão que a hora nova da Igreja apresenta à nossa consciência como o sôpro vivificante da Palavra de Deus: a ruptura com a tradição e a desvalorização da obediência.

Herança irrenunciável

A tradição! Esta nada mais diz aos inovadores, também aos bons, dos nossos tempos. Os jovens, infelizmente (e, em parte, justamente porque jovens, compreendemos) sentem aversão por tudo que precede à atualidade, à sua vida de hoje e à sua corrida para a novidade e para o futuro. Mas não só os jovens. Até os sábios falam de ruptura com o passado, com as gerações precedentes, com as formas convencionais, com a herança dos velhos. A fraseologia superficial e sobremodo imprudente entrou também na comum linguagem eclesial. Falam de idade constantiniana para desqualificar toda a história secular da Igreja até nossos dias. Falam de mentalidade pré-conciliar para desvalorizar arbitrariamente um patrimônio católico de pensamento e de costume, que teria ainda tantos valores dignos de apreço. Chegam até a expressões e atitudes, às vezes, tão negativas, de modo a gerar confusão e divisão no seio da comunidade eclesial, e de modo a deixar crer que a norma vigente e o pacífico costume não mais se sustentam. O arrazoado poderia ainda continuar; mas cada um o faça por si mesmo. Torna-se, dêste modo, difícil distinguir o que é irrenunciável, na vasta herança da tradição, daquilo que é precioso mas, de per si, não necessário à consistência constitucional da Igreja e à sua autêntica vitalidade, como também daquilo que é habitual, mas discutível quanto ao valor, ou que procede do passado mas é antiquado, supérfluo, nocivo e, conseqüentemente, merecedor de renúncia e, talvez, de corajosa reforma. Este

inventário de heranças antigas exige competência e autoridade. Numa comunhão, como é a Igreja, nenhum particular o pode fazer publicamente ou praticamente sòzinho. Nem, tampouco, feito o inventário, pode, de próprio arbítrio, declarar a escolha do que deve permanecer e do que deve desaparecer. A Igreja, nos seus órgãos autorizados, depois do Concílio, está fazendo este inventário. Quem lhe é fiel não deve arrogar-se a licença de antecipar ou de contradizer-lhe o juízo. Nada na Igreja deve ser arbitrário, temerário, tumultuante. A Igreja é como um concerto musical. Nem mesmo um instrumento aristocrático pode, numa orquestra, tocar a seu bel-prazer.

Juízo histórico

Queremos agora recomendar aos filhos conscientes e fervorosos a revisão da instintiva antipatia pela tradição eclesiástica. Esta, antes de tudo, é o veículo que nos traz a doutrina e a sucessão apostólica. Não podemos ter Cristo presente, hoje, sem o reconhecimento do canal histórico e humano que nos reconduz à fonte de sua aparição evangélica. A tradição é, além disso, a riqueza, a honra, a fortaleza da nossa casa, a Igreja católica. No seu conjunto histórico, a tradição contém, sem dúvida, muitos elementos ultrapassados e também reprováveis. Mas o justo juízo sobre estes elementos discutíveis ou negativos deverá ser justamente “histórico”, isto é, avaliado na ordem das circunstâncias dos tempos e das experiências contemporâneas e sucessivas dos acontecimentos, recordando que a Igreja, santa na sua instituição e na sua virtude santificadora, de palavra, de graça, de ministério, é composta de homens que provêm do barro, como Adão, fracos, falazes e pecadores mesmo no campo da divina agricultura.

Um conhecimento inteligente, uma crítica equânime, uma avaliação sagaz da tradição não serão freio, mas guia para os promotores da renovação eclesial, desejada para o nosso tempo. Inspirarão ainda uma amorosa simpatia pelas lutas passadas da Igreja e por tudo que, através dêste rio, veio até nós. Pode, ainda, a tradição nos habilitar a conquistar arte e prestígio para o colóquio apostólico com os homens de hoje, esta geração que repetidas revoluções privaram de uma cultura testada pelos séculos e impávida nas tempestades da história, como é a cultura que a tradição nos oferece gratuitamente.

Recordemos que a comunhão eclesial, da qual quer viver a espiritualidade de nossos dias, comporta uma solidariedade com os irmãos “que nos precederam no sinal da fé e dormem no sono da paz”. É por eles que nós estamos vivos e estamos aqui, a peregrinar também na direção do Cristo que virá.

Em nome d'Ele a todos abençoamos.

6. A autoridade na Igreja está a serviço dos irmãos

Alocução de Paulo VI na audiência geral de 12 de novembro de 1969

Amados Filhos e Filhas!

Diremos agora uma palavra sobre o conceito fundamental que hoje está na mente de todos acerca da essência da Igreja: a Igreja é uma comunhão (cf Hamer, *L'Eglise est une Communion*, Cerf, 1962). É uma sociedade animada por um só e misterioso princípio vital, a graça do Espírito Santo. Brotam de aí diversos princípios muito simples e maravilhosos, como os seguintes:

— a igualdade entre todos os que compõem a Igreja: “*omnes autem vos fratres estis*”, todos vós sois irmãos (Mt 23,8);

— a distinção entre nós e o resto da humanidade não cristã, chamada mundo, embora a Igreja esteja no mundo e nele imersa (cf Jo 8,23; e Jo 15, 19, e Jo 17, 14-16);

— a originalidade moral e formal própria da vida cristã, em face da originalidade moral profana e pagã (cf Rom 12,2);

— o princípio, enfim, da santidade, advertida como uma experiência da própria consciência, proveniente da misteriosa habitação do Espírito de Deus em cada alma que participa vitalmente da comunhão eclesial (cf. 1 Cor 3,16).

Mas para nos atermos ao caráter social da Igreja, repetiremos com o Concílio que a Igreja é um povo, o Povo de Deus (*Lumen Gentium*, n. 9 etc). Tal definição deve ser integrada (Congar, *L'Eglise que j'aime*, p. 37) com a do Corpo místico de Cristo, isto é, de sociedade que vive em virtude de um mesmo princípio unificante e animador, mas sociedade orgânica, na qual diferentes são os carismas, diferentes as funções, diferentes as responsabilidades (cf. 1 Cor 12,4 ss.). De aí a comunhão chega até à colegialidade do episcopado, da qual haveis ouvido falar por ocasião do recente Sinodo extraordinário.

Solidariedade e caridade

Ora, se a Igreja é esta comunhão espiritual e visível, que o progresso religioso do nosso tempo parece ter apreendido como uma conquista doutrinal e social, devemos disso tirar uma conclusão que, entretanto, parece comprometida, em parte teòricamente e, ainda mais, pràticamente. A conclusão é a da relação de coesão, de solidariedade, de concórdia, de harmonia, de caridade, numa palavra, que deve existir entre todos os membros e todos os grupos pertencentes à Igreja. Esta relação se tornou mais evidente, portanto mais exigente, mais íntima, mais familiar e amiga. Deveria ser mais fiel e mais fácil. É isto que os fatos provam?

A relação constitucional, estabelecida, antes pelo Evangelho que pelo direito canônico, entre autoridade e obediência, é também ela vítima da atual moda da contestação sociológica. Procuram mudar e diminuir esta relação. Negá-la não é possível, por ser muito clara sua origem divina, mas mudá-la, isto é, corrigí-la, sim: aperfeiçoá-la. Quem na Igreja é responsável, quem exerce alguma autoridade (diretiva, docente, pedagógica, administrativa, apostólica) está disposto e já se pôs a caminho para uma leal e clara execução dèste aperfeiçoamento desejado pelo Concílio. Entretanto, "*est modus in rebus*"! Existem certos pseudo-conceitos a èste respeito, contra os quais nos devemos acautelar. Por exemplo: dizem que a autoridade é serviço. Exato; o Senhor nô-lo recorda na última Ceia: "Quem governa seja como o que serve" (Lc 22,26). Há um eco desta máxi-ma na frase com que o sábio Manzoni retrata o Bispo ideal, Frederico Borromeu: "Non ci esser giusta superiorità d'uomo sopra gli uomini, se non in loro servizio" (Promessi Sposi, c. 22). São Gregório Magno deixou-nos de si, como Chefe da Igreja e Pastor dos Pastores, a definição que ainda temos em nosso sinêto pontifício: "Servo dos servos de Deus". Mas esta fórmula exata de advertência não anula o poder do Papa, como qualquer outra fórmula análoga referida a uma legítima autoridade. A autoridade na Igreja existe *para* o serviço dos irmãos e não *a* serviço dos outros. Quer dizer que o escopo da autoridade é o bem dos outros. Isto não significa que os outros sejam a fonte da mesma autoridade. A Igreja, no exercício da autoridade, para usarmos um têrmo corrente, é democrática no que se refere ao fim, à razão de sua existência. Mas não o é na sua origem, pois seu poder não provém da "base", mas de Cristo, de Deus. Só diante d'Ele ela é responsável.

Esta verdade comporta outro importante esclarecimento, pelo qual o poder da Igreja não pode revestir-se de formas historicamente variáveis que o poder assume no governo da sociedade civil, como no caso em que o governante tem só o dever de legalizar o que a comunidade elaborou e decretou. O poder, na Igreja, conserva a liberdade e a iniciativa que o Senhor conferiu aos Apóstolos, à hierarquia, e não só para garantia da ordem exterior, mas para o bem de cada fiel e da comunidade. Bem que coloca nos primeiros lugares a dignidade, a liberdade, a responsabilidade, a santidade de todos e de cada um dos componentes do corpo eclesial.

Quando, por isso, hoje se diz que não se contesta na Igreja a autoridade como tal, mas se critica o modo de exercê-la, diz-se bem, contanto que a procura dêste modo ideal não autorize alguém a se libertar do modo real e legítimo pelo qual a autoridade exerce seu mandato.

Liberdade e diálogo

O mesmo se diga do diálogo, que hoje para por tantas discussões, não só entre a Igreja e os que de fora a circundam, mas também entre os que estão dentro da Igreja e nela têm posições e funções diferentes. É ótimo o diálogo quando se tem em vista o respeito e a promoção da pessoa ou do grupo, diante de quem deve dispor de determinada ordem eclesial, ou deve formar consciências e costumes, conforme o desígnio e o espírito de Cristo. Educar para compreender e para amar o que é mandado, é progresso pedagógico que exigirá grande paciência e arte sagaz. Mas nem por isso deve o diálogo paralizar o exercício normal do guia responsável, nem substituir normalmente o juízo do pastor ou do mestre pelo livre exame de cada fiel. Nem tampouco exigirá certo condomínio da autoridade que a torne débil e irresponsável.

Compreendemos que a matéria é delicada e complicada, sendo, igualmente, de atualidade. Sobre isto nada mais é preciso dizer aqui. Os ensinamentos do Concílio, a propósito, são claros e abundantes (*Lumen Gentium*, n. 27, 32; etc.). São muitos os mestres que falam sobre isso (cf D'Avack, *Oss. Rom.* 8. 11. 69; T. Goffi, *Obbedienza e autonomia personale*, Ancora, 1965; G. Colombo, *De auctoritate et oboedientia in Ecclesia*, Lochet, *Autorité et Obéissance*. Colloque d'Ephrem, Paris, 1966; também Rosmini, *La società teocratica*, Morcelliana, 1963; etc.).

“Ciência da harmonia”

Faremos bem em dedicar a este problema capital uma reflexão atenta e honesta. Nós, entretanto, neste momento, insistimos na visão da Igreja, que é a visão da nossa vida no pensamento de Deus que se atualiza na nossa história. A visão da Igreja, dizíamos, como comunhão. E comunhão hierárquica, como “ciência da harmonia”, consonância de disciplina, para usar a palavra de um antigo doutor (Orígenes, *Hom.* 26).

Na formação da nova mentalidade eclesial, chamemo-la pós-conciliar, devemos desenvolver o sentido da comunhão, na qual, como membros da Igreja, estamos inseridos. Por mais viva que deva ser a consciência da nossa liberdade e da nossa personalidade, não devemos esquecer que não estamos sós, nem somos autônomos. Somos unidades separadas, autodetermináveis e responsáveis mas, ao mesmo tempo, sentimos estar colocados numa ordem comunitária e hierárquica: as duas consciências se desenvolvem juntamente e com igual estímulo. Isto significa ser católicos: únicos e universais. Esta plenitude da nossa personalidade reconhece a vontade de Deus, mesmo e especialmente quando se manifesta por meio de um irmão autorizado. É aí que vivemos o mistério da comunhão hierárquica, isto é, vivemos a Igreja e refletimos em nós o mistério de Cristo, cuja humana aparição foi toda dominada por uma consciente e heróica adesão à vontade do Pai: *“factus oboediens usque ad mortem”*, fêz-se obediente até à morte (Fil 2,5-8; Jo 6,38; Jo 8,29; etc; reler o capítulo “Jesus e a Vida” em Adam: *Cristo, nostro fratello*, Morcelliana, 1931).

Há, em nossos dias, quem espera do progresso da consciência que a Igreja hoje adquire de si mesma uma dissolvência de suas relações e vínculos jurídicos, que a constituem como corpo místico, visível e orgânico de Cristo na realidade histórica do mundo. Há também quem considere tal processo doutrinal como uma transferência de poderes, pelos quais a Igreja se rege e cumpre sua missão, em proveito dos graus inferiores, com relação aos graus superiores no Povo de Deus. Nós, entretanto, olhamos a Igreja como uma solidariedade profunda e orgânica, uma sociedade, uma comunhão, “coinonia”, diz o termo hoje conhecido do Apóstolo João, que nos faz consortes da própria vida de Deus (cf. 2 Pdr 1,4), e que nos irmana a todos em Cristo (cf. 1 Jo 1,6-7). Assista-vos esforço amoroso, a nossa Bênção Apostólica.

7. As novidades na Igreja de hoje atestam a sua perene vitalidade

Alocução de Paulo VI, na audiência de 3 de dezembro de 1969

Diletos Filhos e Filhas,

Desejamos olhar, por um instante, para dentro de vossas almas. Supomos que sois bons e fiéis, e que estais desejosos de encontrar a face da verdadeira Igreja: uma face jovem e viva, uma face bela, como a de uma esposa de Cristo “sem mancha nem ruga” (Ef 5,27), segundo disse São Paulo, e como o Concílio nos fizera esperar. Mas, parece que entrevemos nos vossos corações um doloroso assombro. Onde está a Igreja que nós amamos, que nós desejamos? — A igreja de ontem não seria talvez melhor do que a Igreja de hoje? — E como será a Igreja de amanhã? Parece que certa confusão se vai difundindo, mesmo nas fileiras dos melhores filhos da Igreja, e, às vezes até, entre os mais estudiosos e entre os mais autorizados.

Fala-se muito de autenticidade, mas onde encontrá-la, quando tantas realidades bem características, algumas delas até essenciais, são postas em questão? Fala-se muito de unidade; e, no entanto, quantos procuram seguir o próprio caminho! Fala-se muito de apostolado; mas onde estão os apóstolos generosos e entusiastas, quando as vocações diminuem e, nas fileiras do próprio laicado católico, a coesão e o espírito de conquista enfraquecem? Fala-se muito de caridade; e, contudo, em certos ambientes eclesiais, respira-se um ar de crítica e de acrimônia, que não pode ser identificado com o sôpro de Pentecostes. E que dizer da onda de impugnações contra a Religião e a Igreja, que se levanta em torno de nós? Uma sensação de incerteza percorre, como um calafrio de febre, o corpo eclesial: será possível que esta incerteza venha a paralizar na Igreja Católica o seu carisma característico, o carisma da segurança e do vigor?

A difusão da palavra verdadeira e sã

Um tema como êste, caríssimos Filhos, mereceria um desenvolvimento bem amplo, pois implica um diagnóstico espiritual, moral e psicológico do povo católico, nesta hora de grandes tempestades para o mundo inteiro. Como já o fizemos outras vezes e como é nosso costume neste breve entretenimento semanal, vamos tocar de leve neste assunto, unicamente para que saibais que também o Papa pensa nê-le e que vós igualmente o deveis considerar. Antes de tudo, dizemos que é preciso não se deixar impressionar demasiadamente, nem mui-

to menos amedrontar. Mesmo no caso em que os fenômenos preocupantes assumam dimensões de gravidade, é preciso ter sempre presente que, muitas vezes, êles são provocados por minorias numéricamente pequenas ou provêm de fontes freqüentemente nada autorizadas. É que os meios modernos de difusão publicitária invadem hoje a opinião pública, com estrepitosa facilidade, e atribuem a fatos muito pequenos conseqüências desmesuradas. Resta ainda uma imensa maioria de gente sadia, boa e fiel, em que podemos confiar. A esta gente dirigimo-nos agora, com a nossa confiança, e convidamo-la, com a nossa exortação, a permanecer firme e a tornar-se mais consciente e operosa. O povo cristão deve, por si mesmo, imunizar-se e afirmar-se, mas decididamente. A difusão da palavra verdadeira e sã — da sagrada pregação, do ensino fundado nos princípios cristãos, da imprensa de cunho católico ou daquela que difunde o magistério da Igreja — pode constituir um oportuno antidoto contra a vertigem das numerosíssimas vozes ruidosas que, hoje em dia, invadem as correntes da opinião pública.

Limites do inquérito sociológico

Em nossos dias, a opinião pública tende a difundir-se, com um método, que podemos chamar nôvo, o método do inquérito sociológico, que hoje está na moda. Apresenta-se com um rigor que parece inteiramente positivo e científico, e, ainda por cima, com a autoridade do número. E, assim, o seu resultado procura tornar-se decisivo, não só na observação de um fato coletivo, mas também na indicação de uma norma que, então, se deve conformar com o mesmo resultado. O fato transforma-se em lei. Pouco importa que se trate de um fato negativo. O inquérito tende a justificá-lo como se êle fôsse uma norma. Não considera que o seu objeto é, geralmente, parcial e como que isolado do contexto social e moral em que está incluído; e que, muitas vezes, se relacionam apenas com o aspecto subjetivo, e, portanto, com o do interesse privado ou psicológico do fato observado, e não com o do interesse geral e com o de uma lei a cumprir. Neste caso, o inquérito pode gerar uma incerteza moral, que, sob o ponto de vista social, é muito perigosa. Pode ser útil como análise de uma determinada situação. Mas, para nós, que somos seguidores do reino de Deus, deverá submeter os seus resultados a critérios diversos e superiores, os das exigências doutrinárias da fé e da guia pastoral pelos caminhos do Evangelho.

Isto leva-nos a pensar numa realidade: os males que a Igreja sofre hoje no seu interior não deverão ser atribuídos principalmente

à contestação, tácita ou aberta, da sua autoridade, e, portanto, da confiança, da unidade, da harmonia, da composição na verdade e na caridade, segundo a qual Cristo a concebeu e instituiu, e a Tradição a desenvolveu e transmitiu para nós?

Confiança, unidade e harmonia

Desejariamos, então, que a vossa vinda confiante e piedosa ao túmulo do Apóstolo, sôbre o qual o Senhor fundou a sua Igreja, recompensasse os vossos passos, com a visão, não só ideal e celeste da Igreja, da Igreja una, santa, católica e apostólica, mas também com a visão terrestre da Igreja real, humana e sempre imperfeita, a envidar, principalmente em nossos dias, um esforço admirável e doloroso, e, ao mesmo tempo, jovial, para adaptar-se ao pensamento de Cristo, irradiando a sua Palavra e a sua luz, e fazendo seus todos os valores, tôdas as necessidades e todos os sofrimentos do mundo atual.

Pedro não muda: oxalá esta verdade vos console com aquêlê conforto de que os vossos corações têm agora uma secreta necessidade, o conforto da segurança. Pedro está sempre vivo em virtude daquele Cristo que passa do advento de Belém ao advento do último dia, através dos séculos, da nossa história, sempre igual a si mesmo, crescendo como uma árvore cheia de vida que, na estação própria de cada ano, faz brotar da minúscula semente uma nova vegetação.

E um antigo mestre, — aquêlê que nos legou a fórmula doutrinal da tradição eclesiástica autêntica, a fórmula que diz: “Na Igreja Católica é necessário sermos muito cuidadosos em conservar aquilo que, em tôda parte, sempre e por todos, foi crido” — é São Vicente de Lérin, um Padre da Igreja, um douto monge do século V, que nos propõe também a fórmula do incremento doutrinal do cristianismo: “... que a doutrina da religião cristã — diz êle — (...) seja consolidada com os anos, desenvolvida com o tempo e elevada com a idade ... *hoc idem floreat et maturescat, ... proficiat et perficiatur*” (*Commonitorium*, P.L. 50,668). Esta fórmula não admite mudanças substanciais, na doutrina e na lei eclesiástica, mas explica o seu desenvolvimento vital. É a fórmula que Newman adotou e que o conduziu à Igreja de Roma.

Também nós poderemos meditá-la para compreendermos algumas novidades importantes que se verificam na Igreja de hoje e que excluem todo e qualquer afastamento da sua incorrupta ortodoxia, confirmando a sua perene e florescente vitalidade.

Damo-vos a nossa Bênção Apostólica.

VIII. NECROLOGIA

SALESIANOS FALECIDOS

Cl. Pedro Amor

★ em El Casar de Talamanca (Guadalajara-Espanha) 29-6-1950, † em El Royo (Soria-Espanha) 20-8-1969, com 19 anos; 2 de profissão.

Era estudante de filosofia e todos o admiravam pelo bom senso, amor ao trabalho, bondade inata posta ao serviço de todos, obediência e respeito aos superiores. O Senhor o quis consigo antes que pudesse exercitar as boas qualidades no apostolado salesiano.

Coad. Miguel Assennato

★ em Agira (Enna-Itália) 26-3-1896, † em Messina (Itália) 27-11-1969 com 83 anos, 63 de profissão.

Querida e simpática figura de coadjutor salesiano, trabalhador, afeioadíssimo à Congregação, de exemplar piedade, observante da pobreza até o escrúpulo, êle que por tantos anos foi comprador e teve em mãos quantias consideráveis. Seu humorismo o tornava simpático e agradável a todos. Os Exalunos recordam ainda suas apresentações artísticas nos nossos teatrinhos. Era estimado por todos e era chamado carinhosamente "Don Michelino".

Pe. Júlio Beslay

★ em Pleugueneuc (França) 24-12-1890, † em Caen (França) 16-9-1969 com 78 anos, 58 de profissão, 47 de sacerdócio. Foi diretor por 6 anos.

Após brilhante carreira de professor, Pe. Beslay foi Diretor e Pároco, mas, depois, uma grave enfermidade impediu-lhe a atividade externa. Consagrou-se então mais intensamente ao apostolado da pena para o qual tinha muita capacidade e escreveu várias obras de assunto salesiano; muito apreciado o opúsculo: "Nossa Senhora e Dom Bosco".

Coad. Miguel Blanco

★ em León (Espanha) 24-8-1890, † em Jauareté (Brasil) 15-10-1968, com 78 anos, 58 de profissão.

Foi ótimo elemento das missões do Rio Negro, onde trabalhou 53 longos anos, compartilhando com o Pe. Balzola e outros missionários, da pobreza e das dificuldades dos primeiros anos da missão.

Foi ótimo professor e seus exalunos conservam dêle a mais afetuosa recordação. Sua disponibilidade para o trabalho era sem limites, sobretudo nestes últimos anos que viram diminuir o pessoal. Sua piedade era profunda: vivia intensamente as devoções tradicionais salesianas.

Pe. Ermiđoro Caramaschi

★ em Polesine (Mântua-Itália) 30-6-1875, † em Soverato (Catanzaro-Itália) 3-10-1909, com 34 anos, 74 de profissão e 67 de sacerdócio. Foi diretor por 42 anos.

Afeioadíssimo a Dom Bosco e à Congregação, foi salesiano humilde, piedoso e trabalhador incansável. Passou a vida sacerdotal na direção de vários institutos, trabalhando sempre com verdadeiro espírito de fé. Por oito anos foi pároco em Andria e, por outros três, Mestre dos noviços, fazendo-se amar e estimar por todos, em virtude de sua paternidade e senso prático.

Pe. Artur Caria

★ Em Guasila (Cagliari-Itália) 8-8-1900, † em Perúgia (Itália) 11-9-1969, com 69 anos, 48 de profissão, 42 de sacerdócio. Foi diretor por 33 anos.

Sacerdote integral no pensamento e na vida, salesiano entusiasmado e generoso no apostolado juvenil e caritativo, sabia transmitir também aos outros o calor da sua fé e o entusiasmo da sua atividade incansável.

Por muitos anos superior, tinha da autoridade o senso da responsabilidade e a humildade de quem serve. Corou 66 anos de uma vida intensamente operosa e empreendedora com três anos de atroz calvário conscientemente e cristãmente aceito como meio de mais segura e gloriosa volta ao Pai.

Pe. José Castelo

★ Em Penipe (Equador) 28-8-1885, † em Guayaquil (Equador) 7-11-1969, com 84 anos, 63 de profissão e 51 de sacerdócio.

Foi um dos primeiros salesianos do Equador: conhecido, estimado e amado por todos como religioso exemplar por sua bondade,

simplicidade e jovialidade. Apóstolo generoso das almas e devoto de Maria Auxiliadora e de Dom Bosco, espalhou a mãos cheias a semente do bem no coração dos jovens. De pouca saúde, nos últimos anos, aceitou com alegre resignação a prova que o Senhor lhe mandava, dedicando o tempo à oração e ao apostolado da direção espiritual.

Pe. Angelo Cérvio

★ Em Castelnovetto (Pavia-Itália) 27-7-1899, † em Bréscia (Itália) em 17-5-1969, com 69 anos, 42 de profissão e 35 de sacerdócio.

Tendo entrado para a Congregação salesiana após ter participado, ainda muito jovem, da primeira guerra mundial, preferiu o apostolado nos oratórios onde dispendeu suas energias em benefício dos pequeninos. Particularmente sensível em conservar na comunidade o espírito de Dom Bosco, mesmo do quarto de sua longa doença continuou a assistir e a animar os jovens do pátio abaixo, até poucos dias antes de sua morte.

Coad. Pedro Chroboczek

★ Em Siedlisko (Polónia) 18-10-1894, † em Oswiecín (Polónia) 20-10-1969 com 75 anos, e 49 de profissão.

Tranquilo e laborioso mestre de marcenaria, professor de desenho técnico, passou a vida na escola como mestre apreciado, irmão e amigo dos jovens. Gostava de trabalhar na apicultura porque, dizia: “aqui se aprende a bem trabalhar”. Era admirado por todos, embora escondesse a personalidade sob uma autêntica humildade.

Pe. Adão Cyronek

★ em Wilno (Polónia) 16-8-1907, † em Kolobrzek (Polónia) 8-6-1969 com 61 anos, 41 de profissão e 31 de sacerdócio.

Foi escritor e poeta e, por muitos anos, professor de literatura. Nos últimos 16 anos foi capelão das Irmãs. Morreu repentinamente.

Pe. Tiago de Paoli

★ em São Francisco (Córdoba-Argentina) 12-4-1895, † em Buenos Ayres (Argentina) 18-11-1969 com 74 anos, 52 de profissão, 47 de sacerdócio. Foi diretor por 18 anos.

Aos 20 anos deixou a Universidade para consagrar-se a Dom Bosco na Congregação. De espírito sereno e aberto, soube conquistar muitas almas com a simplicidade, a piedade e o zelo apostólico. Nas

diversas atividades que a obediência lhe confiou, entregou-se ao ideal salesiano com generosidade, principalmente no apostolado paroquial, no qual foi pai e amigo sincero das almas. Até poucos dias antes de seu falecimento inesperado, manteve vivas as características duma atividade jovial e profícua.

Pe. Alfio Distefano.

★ em Trecastagni (Catânia-Itália) 24-10-1901, † em Trapani (Itália) em 5-9-1969 com 67 anos, 47 de profissão e 38 de sacerdócio.

Foi bom sacerdote de alma simples e delicada. Empregou, para o apostolado entre os jovens, a música, o canto e o teatrinho. Escreveu diversos opúsculos para exortar irmãos, jovens e fiéis ao amor a Jesus, à Virgem Auxiliadora e a Dom Bosco Santo.

Pe. Leônidas Echea.

★ em Andahuallillas-Cuzco (Peru) 28-1-1902, † em Callau (Peru) 27-1-1969 com 67 anos, 42 de profissão e 38 de sacerdócio.

Sua característica foi a modéstia e a simplicidade. Passou a vida sem procurar exterioridades, no desgaste do trabalho cotidiano. Possuiu uma piedade sentida e uma obediência a toda prova. Foi, sem dúvida, um autêntico religioso. Deus o chamou quando celebrava a Santa Missa para as oratorianas no Colégio das Filhas de Maria Auxiliadora.

Pe. Américo Faria

★ em Murias (Mirandela-Portugal) 20-9-1919, † em Lisboa (Portugal) em 8-8-1969 com 49 anos, 33 de profissão e 22 de sacerdócio.

Trabalhou incansavelmente em várias escolas salesianas da Inspeção Portuguesa e, nos últimos anos, como secretário inspetorial. Seu caráter era delicado e sereno. Sempre pontual na práticas de piedade, irrepreensível em seus deveres, dedicado à Congregação e às suas tradições, generoso para com os irmãos. Deixou grande exemplo de resignação na prova que o Senhor quis mandar-lhe na última enfermidade.

Pe. Ângelo Ferrari

★ em Borghetto Lodigiano (Milão-Itália) 1-11-1909, † em Treviglio (Itália) em 24-11-1969, com 60 anos, 41 de profissão, 33 de sacerdócio. Foi diretor por 15 anos.

A morte colheu-o de repente, mas não o encontrou desprevenido. Com efeito, no dia anterior, comentando numa carta sua leve indisposição, escrevia: "...esperamos não seja grave. Caso contrário, devo dizer que por toda vida espero o momento decisivo. E será o momento do amor de Deus". Era diretor na Casa de Treviglio e o fôra, anteriormente, nas casas de Módena e Parma, mas o melhor de si deu-o na direção da L.D.C. de Turim-Leumann. Esforçou-se continuamente por escutar os sinais dos tempos, sobretudo no meio dos jovens. Queria ser atualizado. Preocupou-se sobretudo com a vida da Congregação e as vocações. A dignidade do trato, a afabilidade, a tranqüila e firme visão da realidade da fé traçam seu perfil espiritual.

Pe. Miguel Fiorentino

★ em Giovinezza (Bari-Itália) 22-2-1910, † em Taranto (Itália) em 28-8-1969, com 59 anos, 42 de profissão e 33 de sacerdócio.

Viveu em humilde obediência a vocação sacerdotal e religiosa, sempre pronto para tudo o que os superiores lhe pediam: ensino, administração, direção do oratório, apostolado paroquial, direção espiritual de comunidades religiosas. Nêle era vivo e constante o pensamento da presença de Deus.

Pe. Antonino Ghidoni

★ em Cibeno (Módena-Itália) 16-10-1914, † em Nave (Brécia-Itália) em 19-6-1969, com 54 anos, 38 de profissão e 27 de sacerdócio.

Foi salesiano amável, paciente, piedoso, observante, apaixonado pelos jovens, aberto às suas justas exigências. Amava Dom Bosco e a Congregação. Conservava grande respeito aos superiores, sempre pronto a atuar seus desejos. Não era homem de muitas e singulares iniciativas, mas possuía acentuado senso do dever e da responsabilidade; era trabalhador metódico e incansável.

Pe. José Giuliano

★ em Fontanile (Alessandria-Itália) 19-3-1885, † em Turim 30-8-1969 com 84 anos, 61 de profissão e 53 de sacerdócio.

Encerrou a vida terrena purificado pelos sofrimentos que duraram alguns anos. Suportou-os com resignação. Irmão afeioadíssimo à pobreza e às tradições salesianas, como professor de matemática, como conselheiro e depois como prefeito, desenvolveu longo e ativo apostolado, sempre apresentando o exemplo de excepcional espírito de sacrifício.

Pe. Carlos González

★ em Sopetrán (Colômbia) 31-3-1911, † em Medellín (Colômbia) 22-9-1969, com 58 anos, 39 de profissão, 31 de sacerdócio. Foi diretor por 11 anos.

Homem de atividade extraordinária, particularmente dotado para o apostolado entre meninos abandonados. Foi promotor, fundador e organizador da "Ciudad Don Bosco" para meninos pobres em Medellín. Enquanto, com incansável dedicação, continuava a construção da nova sede, foi surpreendido por longa e dolorosa enfermidade.

Pe. Carlos Grützner

★ em Neustadt (Alemanha) 4-6-1930, † em Helenenberg (Alemanha) 25-8-1969, com 39 anos, 9 de profissão e 1 de sacerdócio.

Durante os estudos de teologia já demonstrara predileção pelas missões da Coréia do Sul e, com este objetivo, após a ordenação sacerdotal, dedicara-se ao estudo da mecânica com esperança de poder, assim, ser mais útil no trabalho salesiano, mas, infelizmente, suas esperanças foram cortadas por morte trágica em acidente rodoviário. Muito admirado pelo zelo incansável, disponibilidade desinteressada e caráter sempre sereno e jovial.

Pe. Luiz Gwozdz

★ em Kosztowy (Silésia-Polônia) 17-6-1914, † em Goszcz (Polônia) 9-1-1969, com 55 anos, 33 de profissão e 24 de sacerdócio. Foi diretor 6 anos.

Ordenado e metódico no trabalho, foi muito afeioado à Congregação e às obrigações do sacerdócio. Permaneceu fiel ao serviço dos paroquianos até o último momento e, no leito de morte, ditou para eles uma comovente carta de despedida, marcando um encontro com todos no paraíso.

Pe. Jorge Henninger

★ em Wiesbaden (Alemanha) 11-12-1908, † em Kastellaun (Alemanha) 2-9-1969 com 60 anos, 38 de profissão e 30 de sacerdócio.

Sua vida verdadeiramente sacerdotal esteve sempre a serviço dos jovens e entregue ao ensino e à assistência. Passou 21 anos na Venezuela, ocupando vários cargos. Voltando à pátria em 1956, foi hábil professor, assistente consciencioso e bom catequista em Marienhau-sen, merecendo plena confiança dos superiores. Embora desejando ainda trabalhar, aceitou calmamente a vontade do Senhor que o chama-va.

Coad. Tarcísio Hida

★ em Quioto (Japão) 8-10-1926, † em Tóquio 12-5-1969 com 42 anos e 21 de profissão.

Após dois anos de trabalho salesiano, o bom irmão adoeceu gra-vemente e sofreu sempre as conseqüências da enfermidade. Pontual-mente e piedosamente participava das práticas de piedade da Comu-nidade. Gostava de trabalhar para poder ajudar à casa e foi par-ticularmente exato na pobreza. De temperamento calado, esforçava-se, entretanto, por ser expansivo e despertar alegria entre os irmãos.

Coad. Henrique Hotte

★ em Vielsalm (Bélgica) 10-8-1894, † em Grand-Halleux (Bélgica) 22-10-1969 com 75 anos e 43 de profissão.

No humilde mas delicado trabalho de cozinha nas nossas Casas de formação, tornou precioso seu ofício, compreendendo plenamente o sentido do serviço religioso que prestava à comunidade. Dedicou-se ao apostolado do bom exemplo e da oração.

Pe. Inácio Jakubczyk

★ em Orzegow (Silésia-Polónia) 31-7-1886, † em Oswiecim (Polónia) em 17-2-1969 com 82 anos, 63 de profissão e 49 de sacerdócio.

Na longa vida salesiana mostrou-se sempre afável com todos. Como professor de Filosofia foi sempre estimado pelas clérigos, por-que sabia compreender-lhes a mentalidade. Calmo e cordial com todos.

Coad. Francisco Jarek

★ em Kwaczala (Polônia) 5-10-1892, † em Tuluá (Colômbia) 3-7-1969 com 76 anos, 47 de profissão.

Foi construtor e alfaiate. Religioso exemplar e de profunda piedade. Por alguns anos foi encarregado do “Dormitório de niños pobres”, hoje “Ciudad Don Bosco”, em Medellín.

Pe. Pedro Kelchtermans

★ em Meeuwen (Bélgica) 19-3-1927, † em Gent (Bélgica) 25-6-1969 com 42 anos, 21 de profissão e 13 de sacerdócio.

De saúde fraca mas de caráter forte, seguiu com entusiasmo o chamado do Senhor, tornando-se sacerdote zeloso, capaz de sofrer e de servir-se do sofrimento para o bem das almas. Amou Maria Santíssima com devoção sincera e distinguiu-se no ministério da confissão, ensinando com bondade e paciência os caminhos da misericórdia do Senhor.

Pe. Tomás Kelenc

★ em Marjeta-Petovio (Eslovênia-Iugoslávia) 5-12-1901, † em Lubiana (Iugoslávia) 1-10-1969 com 67 anos, 49 de profissão e 40 de sacerdócio. Foi diretor por 10 anos.

A atividade mais característica de sua vida sacerdotal foi a pregação de missões para o povo. Alma ardente de zelo pelo próximo. Cultivou especial devoção à Virgem Auxiliadora e a São José. Pelo caráter aberto, pelo amabilidade e pelo fervor apostólico, foi muito estimado pelos irmãos e pelos fiéis.

Pe. Carlos Kurucz

★ em Dunaföldvár (Hungria) 18-10-1912, † em Nagysáp (Hungria) 15-9-1969, com 56 anos, 39 de profissão e 29 de sacerdócio.

Iniciou o apostolado sacerdotal como professor de teologia. Após os acontecimentos de 1950, administrou, por 19 anos, a paupérrima paróquia de Nagysáp com heróica dedicação e prudência, sempre estimado pela população. Alma simples, verdadeiro missionário, colaborou com os párocos vizinhos e ofereceu-se generosamente em todos os campos de apostolado. Seu sepultamento foi um triunfo, presentes, sem distinção, católicos e protestantes.

Pe. João Lettieri

★ em Paissandu (Uruguai) 28-8-1891, † em Montevideu (Uruguai) 27-9-1969, com 78 anos, 62 de profissão e 52 de sacerdócio. Foi diretor por 5 anos.

Há dois anos celebrara a Missa de ouro. Trabalhou em várias casas e paróquias, como conselheiro escolar, catequista, diretor, pároco e vice-pároco. Salesiano, no sentido pleno da palavra, deixa-nos grande exemplo a ser imitado: o amor ao trabalho e às almas.

Pe. Henrique Luparia

★ em Vignale Monferrato (Itália) 22-3-1911, † em Cunéo (Itália) 28-10-1969, com 58 anos, 34 de profissão e 25 de sacerdócio.

Crescido na pobreza de uma família genuinamente cristã e no autêntico espírito salesiano do Oratório "Miguel Rua" de Turim, como sacerdote preferiu sempre o Oratório e, no Oratório, os pequeninos. Era simples como eles, mas soube entusiasma-los para a vida da graça, seguindo a pedagogia salesiana.

Pe. Evaristo Mantero

★ em Buenos Ayres (Argentina) 15-12-1900, † aí, 15-11-1969 com 68 anos, 52 de profissão e 42 de sacerdócio. Foi diretor por 20 anos.

Homem amável, bem dotado e muito modesto. Apesar de não ter muita saúde, foi trabalhador incansável. Como religioso distinguiu-se pela observância, retidão e piedade. O amor a Dom Bosco e aos jovens o levou a dedicar-se a estes no ensino, até seus últimos dias. Sacerdote sacrificado, foi apóstolo no confessionário e na pregação.

Coad. Frederico Martinasso

★ em Rubiana (Turim-Itália) 16-11-1883, † em San Benigno Canavese (Itália) 20-3-1969 com 85 anos, 65 de profissão.

Humilde, calmo, jovial, consagrou a longa vida, inteiramente passada na Casa de San Benigno, aos humildes mas úteis trabalhos domésticos. Quando não mais pôde trabalhar, fez da oração seu trabalho cotidiano, segundo as intenções dos Superiores e as exigências da Congregação, de quem se manifestou sempre filho devoto e afeiçoado.

Pe. Luiz Mendonça

★ em Recife (Brasil) 9-6-1896, † no Lajedo (Brasil) 16-7-1969, com 73 anos, 51 de profissão e 44 de sacerdócio.

Dedicou quase toda a vida às escolas profissionais do Nordeste brasileiro e um pouco também no Sul, em Niterói. Passou os últimos anos atormentado por distúrbios circulatórios, que soube suportar paciente e resignadamente.

Coad. Afonso Mikolajek

★ em Ludgerstal (Silésia Superior-Tchecoslováquia) 2-2-1891, † em Johnsdorf (Austria) 6-9-1969 com 78 anos e 32 de profissão.

Tornando-se filho de Dom Bosco com 44 anos, deixou-se penetrar inteiramente pelas virtudes características do bom salesiano. Devotado à vida comum, trabalhador, sabia pôr a serviço da Casa as variadas habilidades. Muito cultivou a devoção mariana, amou as as funções e cantos litúrgicos. Jesus Eucarístico estava no centro de sua vida espiritual.

Pe. Francisco Xavier Niedermayer

★ em Rinding (Alemanha) 19-12-1882, † em Benediktbeuern (Alemanha) em 4-9-1969 com 86 anos, 64 de profissão e 57 de sacerdócio. Foi diretor por 13 anos e Inspetor por 18.

É uma das mais eminentes figuras da nossa Congregação na história do seu desenvolvimento entre as nações do Centro-Norte europeu. Após ter completado os estudos na Itália, voltou à Alemanha, onde assumiu vários cargos como professor de teologia moral e como diretor. Eleito Inspetor do Centro-Norte europeu, soube imprimir grande desenvolvimento às nossas obras, promovendo a fundação de inúmeras casas e preparando, assim, a ereção de novas Inspetorias em todas as nações. Após a guerra, voltou a Benediktbeuern onde permaneceu até a morte, antes como diretor e depois como professor e confessor.

A experiência e a doutrina tornaram-no estimado e respeitado mesmo fora da nossa família, de modo que a êle recorriam para conselho até Provinciais e Bispos. Tamanha atividade e tanto zelo só encontram uma explicação: a grande fé e o apaixonado amor a Dom Bosco e à Congregação.

Pe. Ivo Paltrinieri

★ em San Felice Sul Panaro (Módena-Itália) 18-12-1911, † aí, 9-11-1969, com 57 anos, 41 de profissão e 33 de sacerdócio. Foi diretor por 16 anos.

Foi simpática figura de religioso e educador, antes professor e, depois, diretor em grandes centros salesianos como Milão, Novara, Florença. À habilidade didática, à capacidade de organização e aos grandes dotes de educador, uniu um espírito profundamente religioso e sacerdotal. Como Delegado Nacional para as escolas salesianas, desenvolveu valiosa obra de coordenação e valorização da escola católica e da escola profissional, considerada exatamente como um dos elementos mais característicos da tradição salesiana.

Os longos meses de sofrimento nos ofereceram a exata medida de sua vida interior e de sua generosidade para com Deus.

Coad. Estanislau Pilypaitis

★ em Mastaiciai (Lituânia) 24-9-1915, † em Lisboa (Portugal) 19-10-1969, com 54 anos e 30 de profissão.

Após os anos de formação, como a situação política não lhe permitia voltar à pátria, partiu para Portugal, onde passou os melhores anos de sua vida salesiana. Demonstrava inclinação profunda para a vida religiosa. Muito amável com todos, alegrava-se com qualquer prova de amizade. Nos deveres de professor, amava os jovens a ponto de sacrificar-se por eles.

Pe. Ladislau Prus

★ em Majdan Maly (Polônia) 23-8-1904, † em Wieckowice (Polônia) 17-10-1969, com 65 anos, 39 de profissão e 29 de sacerdócio.

Na maior parte de sua vida salesiana trabalhou na Inspetoria Peru-Bolívia. Voltando à Polônia em 1958, trabalhou em várias casas, conquistando sempre e em toda parte o amor e a simpatia do povo e dos irmãos. Jamais tornou-se um peso para os outros e sempre demonstrou grande amor à virtude da obediência.

Pe. José Quadrelli

★ em Capezzano (Lucca-Itália) 15-12-1914, † em Valdivia (Chile) em 2-8-1969 com 54 anos, 36 de profissão e 27 de sacerdócio. Foi diretor por 20 anos.

Pe. Rafael Rangel

★ em Pamplonita (Colômbia) 7-6-1916, † em Neiva (Colômbia) 10-10-1969 com 53 anos, 30 de profissão e 23 de sacerdócio.

Trabalhou em várias casas como professor, catequista e prefeito. Distinguiu-se pelo caráter jovial e simples, pela laboriosidade e amor a Dom Bosco e à Congregação. Estimavam-no muitíssimo os irmãos, os alunos e todos que o conheciam. Excelente musicista, serviu-se da música para o decôro das sagradas celebrações e para tornar mais atraentes as entretenimentos familiares. Um imprevisto distúrbio cardíaco no-lo arrebatou em poucas horas.

Pe. Augusto Rossi

★ em Occimiano (Itália) 17-11-1904, † em Cuorgnè (Itália) 6-9-1969, com 64 anos, 46 de profissão e 38 de sacerdócio. Foi diretor por 21 anos.

Foi chamado pelo Senhor repentinamente mas, após um primeiro ataque cardíaco, seu espírito se colocara numa calma e consciente espera da morte. Foi conselheiro, catequista e diretor em várias casas. Seu temperamento o tornava firme, mas justo no govêrno, e sua sentida piedade animava tôda sua vida em exemplar observância. Sua digna presença física impunha o respeito e, ao mesmo tempo, a simpatia dos Irmãos, dos pais e dos jovens. Foi dispensador da palavra de Deus com têrmos fáceis e apostôlicamente inspirados.

S. Excia Dom Salvador Rótolo

★ em Scanno (Áquila-Itália) 8-7-1881, † em Roma 20-10-1969 com 88 anos 71 de profissão e 64 de sacerdócio. Foi diretor por 18 anos, por 17 bispo titular de Nazianzo e por 14 Bispo de Altamura e Acqua Viva delle Fonti.

Sua luminosa característica foi a bondade: possuía um sorriso inalterável, era condescendente e afável com todos, conquistava a simpatia e a colaboração com a força da amabilidade e a senhoril simplicidade do trato, sabia entregar-se com generosidade espontânea a tôda boa obra. Foi, no sentido literal da palavra, o bom pastor do Evangelho: a bondade do coração era vivificada por um profundo senso sobrenatural e por um calmo mas dinâmico zêlo apostólico. De seu enorme, multiforme e fecundo trabalho pastoral, recordemos particularmente a assistência religiosa prestada com imenso sacrifício aos colonos do Ponto e a ação materialmente e espiritualmente confortadora desenvolvida durante as tremendas horas da guerra, entre os fiéis de Velletri.

Era Salesiano no coração e na vida, e tal se dizia abertamente. Conquistou para a Congregação simpatia e aceitação de que ainda hoje desfrutamos. Sua figura será inesquecível para edificação e exemplo de todos os que o conheceram, que foram por êle amados e que o amaram.

Coad. Luiz Florenço Sánchez

★ em Sigsig (Equador) 17-2-1949, † em Limón (Equador) 2-8-1969 com 20 anos, 2 de profissão.

Estando embora no início da vida religiosa, fêz-se estimar por seu empenho em assistir os internos Shuaras. Empregava as horas livres em trabalhos manuais e procurando atualizar-se religiosa e cientificamente. A Inspetoria nêle depositava muitas esperanças, tendo em vista seu amor ao estudo, o entusiasmo juvenil e anseios apostólicos. Faleceu arrebatado por forte correnteza do rio quando, a cavalo voltava do trabalho para casa.

Pe. Emilio Scrosati

★ em Tolosa (La Plata-Argentina) 3-8-1892, † em Rosário (Argentina) em 16-11-1969 com 77 anos, 59 de profissão e 51 de sacerdócio. Foi diretor por 25 anos.

Foi homem de extraordinária inteligência e de temperamento dinâmico e corajoso no empreendimento de novas obras, como demonstrou na direção das Escolas Agrícolas, campo principal de seu trabalho. Tinha um caráter um tanto áspero mas um grande coração. Sacerdote piedoso e zeloso, fervoroso e apostólico, sabia transmitir seu fervor aos jovens, muitos dos quais se tornaram sacerdotes.

Coad. Lázaro Soto

★ em Bañuelos de Bureba (Burgos-Espanha) 27-2-1901, † em Bernal (Argentina) em 21-11-1969 com 68 anos e 40 de profissão.

Consagrou quase totalmente a vida ao apostolado nas escolas de Agricultura, nas quais fêz do trabalho verdadeira oração. Sob uma aparência humilde e modesta, que escapava voluntariamente à atenção dos outros, escondeu o inestimável valor das mais belas virtudes religiosas e salesianas.

Pe. João Spec

★ em Krizeca Vas (Eslovênia-Iugoslávia) 28-6-1908, † em Lubiana (Iugoslávia) 3-8-1969 com 61 anos, 41 de profissão e 32 de sacerdócio.

Os irmãos o recordam saudosos de sua jovialidade, serenidade de espírito e grande abertura de coração. Foi apreciado pregador de retiros espirituais e seguro guia espiritual tanto dos irmãos como dos fiéis.

Pe. Júlio Szabó

★ em Nagykanizsa (Hungria) 21-11-1887, † em Domaháza (Hungria) 5-9-1969 com 81 anos, 54 de profissão e 44 de sacerdócio. Foi diretor por 6 anos.

Durante quase toda a sua vida salesiana exerceu com desinteressado devotamento o cargo de prefeito. Cultivou com amor a música sacra. Após a dispersão de 1950 foi cantor-organista paroquial. Conquistou a simpatia e a benevolência de todos por seu caráter jovial.

Pe. Sidrac Vallarino

★ em Portovenère (Gênova-Itália) 26-5-1877, † em Barbacena (Brasil), em 1-11-1969 com 92 anos, 73 de profissão e 66 de sacerdócio. Foi diretor por 3 anos.

Era, no Brasil, o último salesiano vivo que conhecera Dom Bosco. Muito piedoso e obediente, deixou exemplo de pobreza religiosa e de amor à Congregação, nos cargos de confiança que lhe foram confiados como Diretor e Mestre de noviços. Seus dotes intelectuais e pedagógicos foram postos a serviço dos jovens que muito o estimavam, assim como todos que o conheceram.

Pe. Paulo Villa

★ em Lesmo (Milão-Itália) 6-2-1888, † no Cairo (Egito) 18-10-1969 com 81 anos, 64 de profissão. 55 de sacerdócio. Foi diretor por 6 anos.

Pe. Paulo foi uma das mais admiráveis figuras do Oriente Médio, onde passou a maior parte de sua vida salesiana. Homem de descortino e de fina sensibilidade, foi professor, mestre de música, diretor. Amou a escola como uma missão e ensinou até os últimos anos. Foi sacerdote no pleno significado do termo, sobretudo como ministro da palavra e do perdão. Faleceu serenamente após ter aceitado, em plena consciência, o sacrifício de sua vida.

Pe. João Wielkiewicz

★ em Nowy Targ (Polônia) 10-1-1899, † em Zdziecior (União Soviética), em 12-3-1969 com 70 anos, 51 de profissão e 41 de sacerdócio.

Estudou teologia em Turim-Crocetta. Trabalhou depois como professor nas escolas profissionais de Oswiecim e Wilno e como prefeito em Varsóvia. Nos últimos 30 anos trabalhou como pároco na Rússia. Foi sempre salesiano exemplar e fiel.

Coad. André Wiercigroch

★ em Rajcza (Polónia) 18-8-1890, † em Lódz (Polónia) 1-6-1969 com 78 anos 48 de profissão.

Foi irmão trabalhador e de grande piedade, conseguindo harmonizar trabalho e união com Deus. Por sua vida verdadeiramente exemplar foi muito estimado pelos irmãos.

Coad. Adalberto Wiertelak

★ em Lakociny (Posen-Polónia) 14-4-1886, † em Plock (Polónia) 8-6-1969 com 83 anos e 59 de profissão.

Sua vida foi árdua. Foi soldado por dois anos na primeira guerra mundial, de onde saiu ferido e inválido. Não obstante os sofrimentos, trabalhava zelosamente como agricultor. Envolvido nos acontecimentos da segunda guerra mundial, permaneceu na Rússia por 20 anos. Sua maior alegria foi poder enfim retomar a vida salesiana com os irmãos.

Pe. Bruno Woithon

★ em Berlim (Alemanha) 17-4-1901, † em Villach (Caríncia-Austria) 4-9-1969 com 68 anos, 47 de profissão e 38 de sacerdócio. Foi diretor por 12 anos.

Numerosos foram os campos de apostolado nos quais, como salesiano, trabalhou. Sua preocupação constante e impulso ao seu zelo sacerdotal foi o decôro do templo de Deus. Foi grande sua devoção ao Sagrado Coração de Jesus e à Virgem Auxiliadora e, como consequência espontânea, foi viva a sua caridade para com todos, na forma da cordial bondade salesiana.

Pe. Luiz Zaramella

★ em Arcella-Pádua (Itália) 30-12-1890, † em Concepción (Chile) 1-7-1969 com 78 anos, 37 de profissão e 36 de sacerdócio.

Pe. José Zöllner

★ em Altforweiler (Alemanha) 20-1-1901, † em Saarbrücken (Alemanha), 23-10-1969 com 68 anos, 42 de profissão e 34 de sacerdócio. Foi diretor por 6 anos.

Foi sacerdote zeloso. Conservou espírito sereno nas horas difíceis. Demonstrou excepcional prudência e habilidade nas atividades temporais. Foram inúmeras as construções que conseguiu realizar na Inspetoria, com sua extraordinária devoção a Maria Auxiliadora, sem jamais deixar dívidas.

4.º Elenco 1969

N.	Cognome e Nome	Luogo di Nascita	Data di Nasc.	e Morte	Etá	Luogo di Morte	ISP.
124 — Ch.	AMOR Pietro	El Casar (E)	29-06-1950	20-08-1969	19	El Royo (E)	Ma
125 — Coad.	ASSENATO Michele	Agira (I)	26-03-1886	27-11-1969	83	Messina (I)	Sc
126 — Sac.	BESLAY Giulio	Pleugueueuc (F)	24-12-1890	16-09-1969	78	Caen (F)	Pr
127 — Coad.	BLANCO Michele	León (S)	24-08-1890	15-10-1969	78	Jauareté (BR)	Mn
128 — Sac.	CARAMASCHI Ermidoro	Polesine (I)	30-06-1875	3-10-1969	94	Soverato (I)	Cp
129 — Sac.	CARIA Arturo	Guasila (I)	8-08-1900	11-09-1969	69	Perugia (I)	Ad
130 — Sac.	CASTELO Giuseppe	Penipe (EC)	28-08-1885	7-11-1969	84	Guayaquil (EC)	Qu
131 — Sac.	CERVIO Angelo	Castelnovetto (I)	27-07-1899	17-05-1969	69	Brescia (I)	Lo
132 — Coad.	CHROBOCZEK Pietro	Siedlisko (PL)	18-10-1894	20-10-1969	75	Oswiecim (PL)	Kr
133 — Sac.	CYRONEK Adamo	Wilno (PL)	16-08-1907	8-06-1969	61	Kolobrzek (PL)	Ló
134 — Sac.	DE PAOLI Giacomo	San Francisco (RA)	12-04-1895	18-11-1969	74	Buenos Aires (RA)	BA
135 — Sac.	DISTEFANO Alfio	Trecastagni (I)	24-10-1901	5-09-1969	67	Trapani (I)	Sc
136 — Sac.	ECHEA Leonida	Andahuailillas (PE)	28-01-1902	27-09-1969	67	Callao (PE)	PE
137 — Sac.	FARIA Amerigo	Murias (Pt)	20-09-1919	8-08-1969	49	Lisboa (Pt)	Pt
138 — Sac.	FERRARI Angelo	Borghetto Lodigiano (I)	1-11-1909	24-11-1969	60	Treviglio (I)	Lo
139 — Sac.	FIorentino Michele	Giovinazzo (I)	22-02-1910	28-08-1969	59	Taranto (I)	Pu
140 — Sac.	GHIDONI Antonio	Cibeno da Carpi (I)	16-10-1914	19-06-1969	54	Nave (I)	Lo
141 — Sac.	GIULIANO Giuseppe	Fontanile (I)	19-03-1885	30-08-1969	84	Torino (I)	Sb
142 — Sac.	GONZALES Carlo	Sopetrán (CO)	31-03-1911	22-09-1969	58	Medellín (CO)	Md
143 — Sac.	GRÜTZNER Carlo	Neustadt (D)	4-06-1930	28-05-1969	39	Helenenberg (D)	Kö
144 — Sac.	GWÓZDZ Luigi	Kosztoy (PL)	17-06-1914	9-09-1969	55	Goszez (PL)	Kr
145 — Sac.	HENNINGER Giorgio	Wiesbaden (D)	11-12-1908	2-09-1969	60	Kastellaun (D)	Kö
146 — Coad.	HIDA Tarcisio	Kyoto (GIAP)	8-10-1926	12-05-1969	42	Tokyo (GIAP)	Gp
147 — Coad.	HOTTE Enrico	Vielsalm (B)	10-08-1894	22-10-1969	75	Grand-Halleux (B)	Lb
148 — Sac.	JAKUBCZYK Ignazio	Orzegów (PL)	31-07-1886	17-02-1969	82	Oswiecim (PL)	Kr
149 — Coad.	JAREK Francesco	Kwczala (PL)	5-10-1892	3-07-1969	76	Tuluá (CO)	Md
150 — Sac.	KELCHTERMANS Pietro	Meeuwen (B)	19-03-1927	25-06-1969	42	Gent (B)	Wo
151 — Sac.	KELENC Tommaso	Sv. Marjeta (YU)	5-12-1901	1-10-1969	67	Ljbljana (YU)	Ju

4.º Elenco 1969

N.	Cognome e Nome	Luogo di Nascita	Data di Nasc.	e Morte	Età	Luogo di Morte	ISP.
152 — Sac.	KURUCZ Carlo	Dunaföldvár (H)	18-10-1912	15-09-1969	56	Nagysáp (H)	Un
153 — Sac.	LETTIERI Giovanni	Paysandú (U)	28-08-1891	27-09-1969	78	Montevideo (U)	U
154 — Sac.	LUPARIA Enrico	Vignale Monf. (I)	22-03-1911	28-10-1969	58	Cuneo (I)	Sb
155 — Sac.	MANTERO Evaristo	Buenos Aires (RA)	15-12-1900	15-11-1969	68	Buenos Aires (RA)	BA
156 — Coad.	MARTINASSO Federico	Rubiana (I)	16-11-1883	20-03-1969	85	S. Benigno Canav. (I)	Sb
157 — Sac.	MENDONÇA Luigi	Recife (BR)	9-06-1896	16-07-1969	73	Lajedo (BR)	RE
158 — Coad.	MIKOLAJEK Alfonso	Ludgerstal (CS)	2-02-1891	6-09-1969	78	Johnsdarf (A)	AU
159 — Sac.	NIEDERMAYER Fr. Saverio	Rinding (D)	19-12-1882	4-09-1969	86	Benediktbeuern (D)	Mü
160 — Sac.	PALTRINIERI Ivo	S. Felice sul Panaro (I)	18-12-1911	9-11-1969	57	S. Felice sul Panaro (I)	Ro
161 — Coad.	PILYPAITIS Stanislo	Mastaiciai (LI)	24-09-1915	19-10-1969	54	Lisboa (PT)	Pt
162 — Sac.	PRUS Ladislao	Majdan Maly (PL)	23-08-1904	17-10-1969	65	Wiekowice (PL)	Kr
163 — Sac.	QUADRELLI Giuseppe	Capezzano (I)	15-12-1914	2-08-1969	54	Valdivia (RCH)	Cl
164 — Sac.	RANGEL Raffaele	Pamplonita (CO)	7-06-1916	10-10-1969	53	Neiva (CO)	Bg
165 — Sac.	ROSSI Augusto	Occimiano (I)	17-11-1904	6-09-1969	64	Cuornè (I)	Sb
166 — Mons.	ROTOLO Salvatore	Scanno (I)	8-07-1881	20-10-1969	88	Roma (I)	Ro
167 — Coad.	SANCHEZ Luigi Fior.	Sigsig (EQ)	17-02-1949	2-08-1969	20	Limón (EQ)	Cc
168 — Sac.	SCROSATI Emilio	Tolosa (RA)	3-08-1892	16-11-1969	77	Rosario (AR)	Rr
169 — Coad.	SOTO Lazzaro	Bañuelos de Bureba (E)	27-02-1901	21-11-1969	68	Bernal RA)	LP
170 — Sac.	SPEC Giovanni	Krizeca vas (YU)	28-06-1908	3-08-1969	61	Ljubljana (YU)	Ju
171 — Sac.	SZABÓ Giulio	Nagykanizsa (H)	21-11-1887	5-09-1969	81	Domaháza (H)	Un
172 — Sac.	VALLARINO Sidrac	venere (I)	26-05-1877	1-11-1969	92	Barbacena (BR)	BH
173 — Sac.	VILLA Paolo	Lesmo (I)	6-02-1888	13-10-1969	81	Cairo (Egitto)	Or
174 — Sac.	WIELKIEWICZ Giovanni	Novy Targ (PL)	10-01-1899	12-03-1969	70	Zdziecior (URS)	Ló
175 — Coad.	WIERCIGROCH Andrea	Rajcza (PL)	18-08-1890	1-06-1969	78	Lódz (PL)	Ló
176 — Coad.	WIERTELAK Adalberto	Lakociny (PL)	14-04-1886	8-06-1969	83	Plock (PL)	Ló
177 — Sac.	WOITHON Bruno	Berlino (D)	17-04-1901	4-09-1969	68	Villach (A)	Kö
178 — Sac.	ZARAMELLA Luigi	Arceila (I)	30-12-1890	01-07-1969	78	Concepción (RCH)	Cl
179 — Sac.	ZÖLINER Giuseppe	Altforweiler (D)	20-01-1901	23-10-1969	68	Saarbrücken (D)	Kö